



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 05**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em  
07 de Dezembro de 2019



Assembleia Municipal

## ACTA N.º 5

-----Aos sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Manuel Augusto Simões Rodrigues, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----  
-----Ricardo João Barata Pereira Alves, António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Carlos Miguel Oliveira Nobre, em substituição de Mário Pereira Gonçalves, Elisabete Simões Oliveira, Miguel Sérgio Fernandes Dias, em substituição de Daniel Ricardo Simões Gonçalves, Luis da Silva Moreira Gomes, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Arlindo Gouveia Lopes, em substituição de Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Maria do Céu Paulino, em substituição de Tamára Alexandre Brandão Simão, André Rodrigues Vicente, Miguel Mateus Teixeira, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----  
-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Secretário da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, João Manuel Borges Gonçalves; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares.-----

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, Mário Pereira Gonçalves, Joana Rita de Oliveira Gomes, Daniel Ricardo Simões



Assembleia Municipal

Gonçalves, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Tamára Alexandre Brandão Simão e Mário Rui Adrião Gonçalves.-----

-----Estas justificações dão-se por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação, respectivamente Paula Inês Moreira Dinis, Luis Almeida, Érica Castanheira, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

### PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** passando a palavra ao Primeiro Secretário, para fazer o resumo do expediente recebido.-----

#### **1 - Leitura do expediente.** -----

-----O Primeiro Secretário, Senhor deputado municipal **António Gonçalves Cardoso**, informou que “recebemos um exemplar da Revista EGOISTA de Junho de 2019; da Associação de Solidariedade Social dos Professores, convite para inauguração de pavilhão na sede da Delegação, em 25 de Outubro; da Comissão de Melhoramentos de Casal do Frade, convite para inauguração das obras do Largo Luis Dias, em Casal do Frade, em 26 de Outubro; da Associação Nacional de Municípios Portugueses, convocatória para Congresso em Vila Real, em Novembro; da EPTOLIVA, convite para cerimónia de comemoração do 28º aniversário, em 15 de Novembro; da Câmara Municipal de Coimbra, convite para abertura da 3ª Edição da Anozero – Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra, em 2 de Novembro; da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, convite para a XXXIII Feira Franca de SMC, em 16 de Novembro; da Empresa National Pen, envio de publicidade de produto e amostra grátis; da Casa da Comarca de Arganil, convite para 90º Aniversário e atribuição da Medalha de Ouro do Concelho de Arganil, em 8 de Dezembro; da Associação Filarmónica de Arganil, convite para jantar de encerramento de actividades, em 30 de Novembro; da Associação Nacional de Municípios Portugueses, envio de cartões de delegado para o Congresso da Associação, em 29 e 30 de Novembro; da Editorial Moura Pinto, envio de postal de Boas Festas; da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, convite para almoço da União das Freguesias, em 21/12/2019.”-----

-----Todos os documentos se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

#### **2 - Discussão e votação da Acta da Sessão Ordinária nº 4, realizada no dia 28 de Setembro de 2019.**-----



## Assembleia Municipal

-----Não havendo registo de intervenções, a acta foi aprovada por maioria, com uma abstenção.-----

### **3 - Assuntos de Interesse para o Município.**-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Arganil** para dizer que “tenho aqui uma Moção para apresentar, antes que as culpas também recaiam sobre mim, e eu não quero ter culpa naquilo que não tenho.-----

------(O Senhor Presidente da Junta de Freguesia leu a Moção sobre a Requalificação do Antigo Hospital Condessa das Canas para a instalação de Serviço de Cuidados Continuados Integrados, da qual se anexa cópia à acta e foi distribuída na reunião a todos os presentes).-----

-----Agradeço que esta Moção seja remetida à Senhora Ministra da Saúde e aos presidentes dos grupos parlamentares do PS, PSD, CDS, PCP, BE, Os Verdes, Chega, Iniciativa Liberal, Livre, e PAN, e aos deputados eleitos pelo distrito de Coimbra e também à ARS do Centro.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “uma vez que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil pretende que esta Moção seja votada, vamos usar a seguinte metodologia: faremos todas as intervenções e no final deste período de Antes da Ordem do Dia faremos a votação desta e de outras Moções que possam eventualmente surgir.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Elisabete Oliveira** referindo que “vou dividir a minha intervenção em dois momentos; o primeiro, e ainda no âmbito da saúde, traz-me alguma preocupação e gostaria que fosse esclarecido, porque tive conhecimento de algum tipo de pressões e movimentações para que o serviço de urgência básico, que se encontra a funcionar no Centro de Saúde de Arganil, possa ser deslocalizado para outro concelho. Isto é um assunto que nos merece a todos uma grande preocupação, pois Arganil, enquanto concelho, tem uma centralidade que justifica que este serviço se mantenha, tal como instalações que garantem o seu bom funcionamento, e queríamos perceber se o município tem conhecimento desta situação, manifestando a nossa total disponibilidade para que, em conjunto, possamos fazer tudo para que estas movimentações não sejam bem sucedidas e que eu tenha tido um conhecimento que não corresponde à verdade.-----

-----Quero fazer referência a um projecto que foi desenvolvido pelo município entre Setembro e em Novembro do presente ano, e que resultou numa candidatura ao Fundo Ambiental. Trata-se do Projecto Costurar Valores, que foi apresentado na Ficabeira, e acho que, a muitos níveis, se apresenta como um projecto que resultou de forma muito positiva, quer através da formação intensiva, onde participaram várias pessoas da comunidade, algumas capacitações que foram realizadas com diferentes públicos nas escolas, com famílias, e que conseguiu dois aspectos



## Assembleia Municipal

essenciais, na minha perspectiva: por um lado, a mobilização das pessoas, tornou-se efectivamente um projecto das pessoas, que as pessoas que nele participaram integraram, e ficaram motivadas, e por outro lado, sensibilizou a população para a reutilização e para a valorização que também pode ter a reutilização de tecidos, que de outra forma não seriam usados. Isto com base no desperdício, por um lado, e fomenta práticas mais sustentadas. Aquilo que também acho interessante e com certeza que o município estará atento, é que este movimento que foi iniciado com o projecto, e pelo menos as pessoas que participaram na formação, manifestaram também vontade de estarem no Mercado de Natal e vontade de criarem uma Associação, e acho que isto revela que o Projecto foi de facto um sucesso, e que houve uma identificação das pessoas com este projecto, e acho que era muito interessante que o município, na medida do possível, acompanhasse estas pessoas e que elas próprias fossem as formadoras de novos formandos, também percebi que existe muito interesse em relação a essa questão, que as pessoas possam aprender a reutilizar as roupas que já não usam, e tecidos que já não seriam úteis de outra forma, mas também que se possa perceber aqui o potencial de negócio, que na minha perspectiva existe, e caminhar nesta lógica de apoio ao empreendedorismo, ao mesmo tempo que também temos toda esta preocupação ambiental e de sustentabilidade que nos preocupa.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** para “colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e referir assuntos que julgo terem alguma relevância no quotidiano do nosso concelho.”-----

-----Em relação à votação que vamos fazer da Moção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, se depois comentamos, ou se vai haver algum período específico para a sua discussão; associamo-nos, aliás, julgo até que os eleitos da Junta de Freguesia de Arganil tinham já apresentado uma proposta neste sentido na Assembleia de Freguesia, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia corrigir-me-á se for o caso, mas julgo que nessa altura absteve-se sobre este assunto, portanto é importante que este assunto ande para a frente e tem do Partido Socialista todo o apoio.”-----

-----Já passaram alguns meses mas é importante referir as eleições legislativas de 2019, a vitória do Partido Socialista no contexto nacional, regional e local, com resultados que abrem perspectivas animadoras e encorajadoras para o Partido Socialista; em termos de eleições legislativas era um borrego já de 44 anos e que foi ultrapassado. É de referir, mais uma vez, a vitalidade das nossas propostas, a vitalidade do Partido Socialista no concelho, e a confirmação da aceitação dos munícipes no concelho de Arganil, a essas propostas expressamente validadas em urna. Mais uma vez agradecer aos munícipes e aos eleitores de Arganil a confiança no Partido Socialista.”-----

-----Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal gostava de colocar algumas questões: na última reunião da Assembleia Municipal disse-nos que no período de



Assembleia Municipal

dois meses iria dar início à abertura de concurso para a empreitada das obras aqui na vila de Arganil; tenho a certeza que tem boas notícias para nós, que esse concurso já foi lançado, e gostava de saber então quais ruas estão incluídas, qual é o timing de início e de conclusão das obras, e qual é a estratégia que foi escolhida para intervir na Praça Simões Dias. Gostava de saber se nestes trabalhos que se vão iniciar e que terão, certamente, início tão breve quanto possível, se o único espaço que não está contemplado é a Avenida, que decorre da questão da Galeria subterrânea da Ribeira de Amandos.-----

-----Perguntar o que se passa com a obra do Largo do Piódão; já vem aqui o seu início há mais de um ano e meio; a intenção de iniciar a obra. Foi-nos comunicado que não se iniciava no Verão para não incomodar os turistas e estamos no Natal; gostava de saber se há algum tipo de indefinição que faz tardar o início da obra porque depois vamos ter hipótese de ver, na parte do Orçamento, que passa de Orçamento para Orçamento, já está outra vez em 2020 e não foi colocada uma pedra sequer. O que está a acontecer, porque é que a obra não começou no final do Verão, que indefinição é que está a criar uma entropia no avanço do trabalho?-----

-----O Senhor Presidente, no início de Novembro, teve uma epifania, diria eu, e isso é bom, sobre os bons auspícios do S. Martinho, viu a luz, e descobriu que a Albufeira das Fronhas é um passivo turístico. Todos temos a oportunidade de mudar de opinião, eu acho que a forma como isso foi apresentado poderá não ter sido a mais feliz e poderá não ter prestado um bom serviço aos interesses do município, ao dizê-lo dessa maneira. A albufeira das Fronhas tem um Plano de Ordenamento aprovado, válido e em vigor, que foi alvo de parecer positivo da Câmara Municipal, da qual o Senhor fazia parte, foi promovida na altura como uma oportunidade de investimento do município, foi apresentada todos estes anos, desde aí até hoje, em todos os prospectos eleitorais, todos os Orçamentos, e todas as intenções expressas como uma prioridade de desenvolvimento na freguesia de S. Martinho da Cortiça e de Pombeiro da Beira, e hoje em dia o último reflexo que temos dos decisores políticos do nosso concelho, em relação àquele plano de água, é que é um passivo turístico. Não sei se turístico, ambiental e ecológico, acho que não, mas independentemente da opinião que o Senhor tenha sobre o assunto, e acredito que é fundamentada nalguma dificuldade, eu não estou a dizer que é um aproveitamento fácil, porque realmente a história recente da não procura daquele espaço, em termos turísticos ou do não investimento, também nos dá alguma sabedoria, mas em qualquer das formas, não me parece que é de interesse para o concelho um certo baixar dos braços, em termos da assunção do potencial turístico da albufeira das Fronhas, e certamente que a valência, o interesse, da intervenção na Zona de Lazer de S. Martinho da Cortiça, não precisa de ser valorizada a oportunidade do investimento desmerecendo o investimento na Albufeira das Fronhas. Acho que são situações diferentes e não vale a pena valorizar uma, desvalorizando outra. Julgo que não podemos considerar a albufeira das Fronhas como um passivo, como um não lugar, como algo que tem que ser varrido para debaixo do tapete, porque o potencial existe,



Assembleia Municipal

está até regulamentado, está validado, lembro-me até que o Plano de Ordenamento da Albufeira das Fronhas prevê um centro náutico, uma série de situações; é verdade que ainda não foram construídas, tudo bem, mas cabe-nos promovê-los, com soluções que existem noutros sítios, o aproveitamento não é fácil, mas é possível; acho que não devemos fechar a porta dessa maneira e parece-me que na forma o Senhor Presidente poderia ter sido mais feliz.-----

-----Perguntar há quanto tempo estão aqueles contentores enterrados ao lado dos correios e porque é que não funcionam; já não me lembro quando foram colocados, mas é um facto que não estão a ser utilizados, e é um investimento e, além do investimento, foi uma intervenção positiva, com uma atitude até de alguma noção em relação à melhoria da qualidade de vida aqui dentro da vila, melhora certamente a paisagem urbana de quem ali está e ali passa, uma zona nobre da vila, mas se olharmos bem, aquilo não funciona e tem que haver uma boa razão para não funcionar; ou não funciona porque foi colocada sem termos a noção concreta que as soluções técnicas para a recolha do lixo estavam salvaguardadas, ou porque de repente houve aqui uma transformação qualquer que não se percebe; o facto é que estão implantados e não estão a funcionar, e é uma pena.-----

-----Terminar dando os parabéns a todos os envolvidos nesta questão do desafio dos Picos do Açor à Junta de Freguesia de Folques, à Câmara Municipal de Arganil. Tive oportunidade de acompanhar ontem a transmissão em directo e acho que é uma iniciativa que a Câmara tem todo o sentido em apoiar, em promover, e em fazer os possíveis para elevá-la a outro nível que merece, porque abre aqui grandes perspectivas de promoção turística e de promoção desportiva, se calhar de uma forma mais eficaz e com ganhos mais directos do que outras, para o nosso concelho.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** para “fazer uma lembrança do falecimento recente de José Mário Branco; foi um português que, durante mais de sessenta anos, encantou e agradou a Portugal as suas músicas, as suas letras, a sua filosofia. Foi um português que teve a vida cheia de ações em prol da liberdade. Por isso eu presto-lhe aqui esta homenagem.-----

-----Continua sem ter desenvolvimento o preço dos passes nas carreiras de transporte normal; em Lisboa e no Porto esses valores foram significativamente alterados, reduzidos, o Governo comprometeu-se a que todo o país iria ser abrangido, aqui na região houve uma redução, mas não vejo nada no Plano deste ano para que esses valores sejam reduzidos; assim, proponho que a Câmara Municipal de Arganil, nos organismos em que participa, a nível regional, consiga fazer com que esse valor seja trazido para os valores idênticos a Lisboa e Porto.-----

-----Num dos boletins, julgo que no de Novembro, vinha uma notícia sobre Arganil, município sustentável; acho isso extremamente interessante, mas o que acontece é que é apenas relativo a aspectos perfeitamente secundários como a recolha dos resíduos. Isso não é sustentabilidade, a sustentabilidade, em termos normais,



## Assembleia Municipal

significa que gastamos em Arganil menos do que o que produzimos. Ora, era extremamente interessante que se desenvolvesse um raciocínio tendente a que Arganil fosse, realmente, um município sustentável, isto é, não precisasse de receber verbas de outros municípios ou do resto do país, porque tinha a sua produção a níveis suficientes ao que era consumido, em todos os níveis; veja-se a energia, a saúde, o ensino, o consumo. Tudo isso são bens que podem ser produzidos, mas na realidade Arganil, em toda esta área da sustentabilidade, é bastante deficiente, nós temos bens que não aproveitamos, temos rios que passam no concelho, que estão desaproveitados a todos os níveis; há muitas propostas que já fiz, mas que são consideradas inaproveitáveis. Na realidade, não temos imaginação, por isso eu proponha que todos fizéssemos um esforço e reuníssemos, a pouco e pouco, essas capacidades para aumentar a sustentabilidade do município. Faz-se referência a uma Associação, gostava de saber qual é a cota que o município paga a esta entidade para ela nos atribuir um diploma de sustentabilidade. Isto faz-me lembrar um prémio que havia, para aí há 50 anos, que ia junto das empresas dizer que tinham um prémio maravilhoso, pedindo 50 contos em troca do diploma, que era uma forma de divulgação de propaganda. Será que esta entidade é uma entidade semelhante para fazer campanha publicitária para o município? Porque pelo título Arganil, município sustentável, ficamos com a ideia de que Arganil produz mais ou pelo menos tanto como aquilo que consome, o que é um profundo erro e uma trapaça completa.-----

-----Num outro Boletim vi uma referência a uma empresa que se destinava a reflorestar os baldios; esta empresa elimina a legislação dos baldios relativo às Comissões de Compartes ou há outra leitura?-----

-----Saber se os terrenos denominados do Dr. Urbano, na Benfeita, têm algum projecto para o seu aproveitamento em conjunto com o Instituto Superior Agrário de Coimbra?-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **André Vicente** para fazer uma “breve nota pelo facto do município ter recebido a bandeira verde como palma, que é a mais alta insígnia atribuída pelo observatório das autarquias familiarmente responsáveis. Pela primeira vez, por ser o terceiro ano consecutivo em que é considerado um concelho amigo das famílias e existem várias medidas que contribuem para este prémio, algumas vamos aprovar hoje para o próximo ano, como a taxa mínima do IMI, com as progressivas reduções para as famílias mais numerosas, o facto do município abdicar dos 5% a que teria direito do IRS, o facto de existirem transportes escolares gratuitos para todos os estudantes, desde o pré-escolar até ao 12º ano, o facto de serem desenvolvidas actividades lúdicas e desportivas para os estudantes que nas férias não têm ocupação e esse trabalho é importante; a comparticipação em medicamentos para as famílias mais carenciadas, nomeadamente aquele Protocolo que foi estabelecido com a Rede ABEM, as campanhas gratuitas destinadas a animais de companhia, como mais recentemente





Assembleia Municipal

a de esterilização, e actividades que também vão sendo dinamizadas, como por exemplo o Mercado de Natal, que está aí a chegar. O meu repto é que continuem a fazer aquilo que fazem bem, que inovem onde há espaço para isso; estes prémios são importantes porque são o reconhecimento do trabalho que é desenvolvido, mas mais importante que isso são as famílias e sentir que se faz tudo o que está ao nosso alcance para Arganil ser um concelho amigo das famílias.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Manuel Augusto Rodrigues** para “reforçar e lembrar a vitória do Partido Socialista e sobretudo no concelho de Arganil, onde teve uma vitória redundante, com 42,63% contra 31,01% do PSD. Isto significa que afinal os arganilenses e de uma maneira geral o povo português, não está tanto contra o Governo anterior, dito da geringonça, como o PSD, desde logo, fez menção de tomar como seu esse adjectivo, mas também aqui um pouco contra a comunicação social, porque o Senhor Presidente da Câmara pediu que dessem ênfase àquilo que se passa em Arganil, efectivamente a comunicação social, nomeadamente o Diário das Beiras, que na sua edição de 1 de Outubro, apenas colocou esse pedido face a um tema apresentado pela deputada Fernanda, que foi a única coisa que apresentou na sua edição de 1 de Outubro; não fez uma única referência a qualquer intervenção dos deputados do Partido Socialista nesta Assembleia. Acho que a comunicação social deve dar o conhecimento daquilo que se passou e das três bancadas; tenho que lamentar esse facto porque não deve ser assim, mas dar o seguimento ao pedido do Senhor Presidente do Executivo.”-----

-----Outro assunto, o problema que foi agora também muito falado nas redes sociais, sobre o problema dos óleos alimentares; efectivamente, Arganil continua a não ter qualquer local de recolha para isso; depois logicamente que a maior parte das pessoas acaba por despejar o óleo no esgoto e as Etares vão ter problemas para fazer a reciclagem das águas.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** dizendo que “faço uma pequena intervenção num acto democrático para felicitar a estrutura do Partido Socialista de Arganil, pelos resultados eleitorais conseguidos pelo seu partido nas eleições do passado mês de Outubro. Independentemente de abstenções ou quaisquer outros argumentos, foi o partido mais votado, inclusive no nosso concelho, e por tal facto merecem ser felicitados. Como partido mais votado, merecem governar, embora recordemos que nem sempre assim tenha sido. Espero que enquanto Governo, o PS seja capaz de respeitar todos os arganilenses e não penalize em nenhum aspecto este território pelo facto do executivo municipal ser de outro partido. Ao partido que orgulhosamente represento, enquanto membro desta bancada, compete a obrigação de trabalhar mais e melhor para inverter estes resultados.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Maria José Silva** para dizer que “venho colocar uma questão ao executivo, relativamente ao Fundo de Solidariedade da União Europeia; dado que terminou o prazo para a execução da despesa apoiada por este Fundo, que foi constituído no pós incêndio de Outubro de 2017, venho perguntar qual é a taxa de execução no concelho deste apoio; quais são os montantes envolvidos e comparativamente com outros concelhos ou outras realidades regionais, qual é a posição de Arganil comparativamente a outras realidades parecidas.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Carlos Nobre** referindo que “um ano depois, voltar a questionar o mesmo: a não resolução da situação da EN 342, os constrangimentos que a sua situação traz a todos que nela transitam diariamente e o impacto negativo que tem o concelho, obriga-me de novo a trazer este assunto à Assembleia Municipal, pedindo que me seja dito, a mim e a esta Assembleia, qual é o ponto da situação actual e quais as expectativas que podemos ter à solução desta questão, que se apresenta como central para a mobilidade de visitantes e habitantes do concelho e para o seu desenvolvimento. E repito o mesmo de há um ano atrás: não me interessa a cor da bandeira que executará a obra, interessa-me sim que a obra, finalmente, seja realizada.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Arganil** “para esclarecer o senhor deputado Miguel Pinheiro acerca da Moção, relativamente à posição da Junta de Freguesia para a reabilitação do Hospital Condessa das Canas; em 2010 a Câmara Municipal pediu parecer à Junta de Freguesia sobre o projecto e a 6/10/2010, a Junta de Freguesia emitiu parecer favorável. A questão da votação, poderá haver alguma confusão, não foi o executivo que se absteve em relação à proposta apresentada pela bancada socialista na Assembleia de Freguesia, foi sim a bancada do Arganil Acima de Tudo, mas os deputados da Assembleia, eles lá saberão porquê, e abstiveram-se em relação à Moção que o PS na altura apresentou; o executivo nunca foi nem nunca será contra o desenvolvimento de Arganil e falo com todo o à vontade, porque o Presidente está na Junta de Freguesia apenas para salvaguardar os interesses de Arganil, não tem mais nada a defender, nem sequer um partido político, muito diferente de outros Presidentes de Junta, que estão lá também para defender partidos políticos. Eu não estou para defender nada que não sejam os interesses de Arganil e sempre o farei com todas as minhas forças.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para “dizer que são os partidos políticos o cerne da democracia; naturalmente que com a integração dos movimentos independentes veio valorizar a democracia, mas é algo que não devemos perder de vista; os partidos políticos são, de facto, o cerne da democracia.”-----



## Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado **António Cardoso** para “felicitar o PS pelos resultados obtidos nas últimas eleições; no entanto, gostaria de lembrar que foi o Governo PS que nos levou à última banca rota e foi o Governo PS que pediu a ajuda e a vinda da Troika. O Governo de Pedro Passos Coelho teve que cumprir o caderno de encargos negociado pelo então Primeiro-Ministro. Foi um Governo heróico em que o défice de cerca de 11% em 4 anos baixou para cerca de 3%. Esta é uma verdade que os senhores têm que ouvir continuamente. Entregou o Governo à Geringonça com um défice de cerca de 3% e com a economia a crescer. O anterior Governo da Geringonça teve 4 anos para trabalhar, com a economia a crescer e com estabilidade assegurada pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, que controlou os sindicatos. Portanto, se a agravação da saúde é tão vasta e alarmante, se a aplicação da justiça está tão medíocre, até houve agora um desembargador que foi demitido porque crime de corrupção, está tão medíocre, atrasada e sem resposta, isto é um facto que deriva do Governo da Geringonça; se acontece o furto de Tancos, se a descoordenação dos fogos se verificou, e as tutelas nada assumiram de responsabilidade, porque ninguém assume responsabilidades, a culpa é sempre dos outros, a crise é que é a culpada de tudo. Em nosso entender, nos fogos, o Primeiro-Ministro devia ter assumido em última instância, a responsabilidade e demitir-se. No caso da aplicação da justiça, a respectiva ministra já se devia ter demitido, veja-se a descoordenação de Tancos, polícia judiciária e militar e a polícia judiciária; o não acompanhamento do indivíduo que matou a freira, em que havia mandados de execução para cumprir e que não foram cumpridos em devido tempo. Bem sabemos que uma grande parte dos Ministros e Secretários de Estado pertenceram ao Governo de José Sócrates e mesmo alguns que estão neste Governo também pertenceram. Se foram eles que nos levaram à banca rota, neste momento temos que ter alguma dúvida em aceitar que governem bem o país. Concluindo, com estes dados e com estas pessoas, pouco há que confiar. Tivemos o pântano com Guterres, a banca rota com Sócrates, e temos agora no Governo quase as mesmas pessoas e o mesmo processo de governar, por isso temos dúvidas quanto ao futuro. A Saúde vai continuar a degradar-se, a Justiça a não julgar em devido tempo e a segurança das pessoas a ser cada vez mais precária.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** que referiu “tentarei responder às questões aqui colocadas, não sem antes me associar à preocupação e à Moção aqui apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, que me parece absolutamente oportuna, num momento em que a intervenção no Hospital Condessa das Canas está prestes a avançar e esta questão do financiamento assumido pelo Estado revela-se agora de particular pertinência.”-----

-----Relativamente à questão colocada pela senhora deputada Elisabete Oliveira, confesso que também já ouvi uns comentários, não mais que isso, relacionados com uma suposta pretensão de deslocalizar o Serviço de Urgência Básica de Arganil para



## Assembleia Municipal

outra latitude. O Serviço de Urgência Básica foi criado no nosso concelho em 2008, resultou do trabalho de uma comissão técnica nomeada pelo Governo que considerou, como não podia deixar de ser, critérios técnicos objectivos, foi isso que determinou a localização no concelho de Arganil, não foram outros critérios. Quero acreditar que esses comentários que se ouvem, que também já ouvi, não passem de especulação, isentos de fundo de realidade. Objectivamente, os critérios técnicos não apontaram nem podem apontar outra solução que não seja a localização na sede do concelho de Arganil; quaisquer outros critérios seriam exclusivamente partidários, e parece-me que os critérios partidários ainda não podem decidir nem podem definir aquilo que é a localização deste tipo de infra-estruturas. Ainda assim, aquilo que me parece e devo dizer que estes comentários que também ouvi, são desta semana, ainda não tomei nenhuma iniciativa, mas conto tomá-la, nomeadamente no sentido de questionar os responsáveis da Administração Regional da Saúde e também do Ministério da Saúde, acerca desta conversa que quero considerar, volto a dizer, que não passa de pura especulação. Queria agradecer as palavras que deixou relativamente ao projecto Costurar Valores, um projecto que mereceu o apoio e o carinho do Fundo Ambiental. Reiterar todos os aspectos positivos que este projecto permitiu cumprir e queria sublinhar, mais uma vez, a questão das práticas sustentáveis, naquilo que tem a ver com a reutilização, naquilo que teve também um grande mérito que foi a motivação de todas as formandas que aderiram a este desafio, quer aquelas que estiveram na formação de 100 horas, quer nas oficinas de curta duração, e quando chegamos ao final e vemos que são os formandos que pedem por mais, isso é motivo de regozijo e significa que o projecto correu bem. Aquilo que penso é que poderá vir ainda a correr melhor, porque trata-se daqueles projectos que pode ter aqui, para além da perspectiva ambiental, uma perspectiva de negócio, também como referiu e que não queremos perder de vista.---

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Miguel Pinheiro, relativamente à Requalificação do Espaço Público, o respectivo concurso público foi publicado em Diário da República no início de Dezembro, no dia 3, com um preço base de cerca de 390 mil euros e considera as intervenções na Rua Comendador António Lopes da Costa, na Rua António Galvão, Rua Jornal de Arganil e no Largo Ribeiro de Campos. Como disse, e bem, aquilo que tem a ver com a área da avenida central de Arganil, que tem vários topónimos associados, não está neste projecto, mas no projecto de requalificação da Galeria Hidráulica. Esclarecer apenas que como resulta daquilo que acabei de dizer, não se preconiza qualquer intervenção na Praça Simões Dias, não é nossa prioridade estar a desmanchar e a refazer áreas de intervenção que já foram objecto de intervenção recente. Relativamente ao Largo do Piódão, devo dizer que não é verdade que ainda não tenha sido colocada nenhuma pedra, já foram colocadas várias pedras, pelo menos cerca de nove metros quadrados de pedra já foram colocadas; falando em concreto, e daquilo que está neste momento em cima da mesa, há uma solução que foi apontada do ponto de vista de arquitectura, que gerou alguma desconfiança e algumas dúvidas ao nível da população do Piódão,



## Assembleia Municipal

que entendemos e não podia deixar de ser, tem uma palavra decisiva nesta matéria; aquilo que temos vindo a fazer e ainda no domingo tivemos uma sessão pública de auscultação da população em que estiveram também os projectistas, tem a ver com a definição da solução que seja funcional de acordo com os objectivos do projecto e que seja uma solução querida pelos piodenses e o que ficou determinado, decidido nessa sessão, foi que para além da solução mactizada que está neste momento definida, os tais cerca de 9 metros quadrados, a própria Junta de Freguesia colocará ao lado uma solução que na opinião da população é mais adequada para o local, para que depois possa existir uma opção entre uma solução estética que não tem tantas alterações quanto isso; para que fique claro, a principal questão de crítica por parte dos piodenses tem a ver com uma utilização proposta de ardósia para uma parte do Largo e como sabe melhor que eu, a ardósia é uma pedra que se utiliza lá nos telhados, não se utiliza nos pavimentos; é esta a principal questão que está em discussão, que contamos clarificar até ao final do ano. Relativamente à Albufeira das Fronhas, posso dizer que provavelmente o meu problema é conhecer demasiado bem aquele espaço e conheço demasiadamente bem desde aquilo que era antes da albufeira, antes da Barragem das fronhas e conheço depois. E também conheço aquilo que é o regime de exploração daquela albufeira. A verdade é que se trata de uma albufeira que serve essencialmente para transvase de água para a Barragem da Aguieira, aliás, como disse já várias vezes, a Albufeira das Fronhas é responsável por cerca de 25% da produção do complexo hidroeléctrico da Aguieira, estamos a falar de um contributo muito importante, mas a consequência deste contributo do ponto de vista da produção energética resulta daquilo que disse, e assumo isso com total frontalidade porque acho que estas matérias, quando estão bem claras, só podem ter uma atitude, é falar com verdade, sem subterfúgios e a verdade é que a forma de exploração daquele empreendimento, com um armazenamento durante o inverno, com o transvase total, logo no início da primavera, aquilo que faz é que se mate completamente aquilo que seria o potencial turístico daquela albufeira. Aliás, como disse e muito bem, acho que é o indicador que também não podemos merecer de vista, não é conhecida nenhuma procura de espaços em termos turísticos e sendo uma albufeira contemporânea, da albufeira da Aguieira, conhecendo todos nós aquilo que já aconteceu do ponto de vista turístico, na albufeira da Aguieira e que não aconteceu na albufeira das Fronhas, isso deve permitir-nos tirar algumas conclusões. Mas claramente aquilo porque afirmo que a albufeira das Fronhas é um passivo, do ponto de vista turístico assumo isto sem quaisquer reticências, é um passivo porque tem a ver com o regime de exploração; se aquela albufeira não servisse para fazer transvase, se mantivesse uma cota razoável e aceitável durante o Verão, podia ter um contributo importante para o Turismo do concelho, mas com aquele regime de exploração, e eu tive o cuidado de estudar o processo, é um regime que foi atribuído ou que foi considerado na concessão, tenho muita pena, e o senhor deputado não tem mais pena que eu, mas tenho que reconhecer que o potencial turístico esgota-se na forma de exploração daquele empreendimento. Devo



## Assembleia Municipal

dizer também isto, por isso mesmo é que estamos numa atitude proactiva de defender os interesses do concelho e entendemos que sendo o passivo que é, o concelho tem o direito a ser ressarcido do custo resultante daquela infra-estrutura. Quanto à questão da Zona de Lazer das Fronhas, devo dizer que as opções que fizemos resultam de um processo de auscultação muito alargado; resultam do envolvimento da comunidade da freguesia de S. Martinho da Cortiça, de um envolvimento alargado, aquilo que é o sentimento muito maioritário é que não deve ser o investimento que em determinada altura equacionámos para a albufeira das Fronhas deve ser localizado numa zona central de S. Martinho da Cortiça, junto ao complexo desportivo e do Centro Escolar e aquilo que faremos nas Fronhas será uma intervenção muito mais minimalista e que sirva essencialmente aquilo que é a utilização comum daquele espaço, que é essencialmente para os pescadores.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado António João Lopes, devo dizer-lhe e reforçar que a Comunidade Intermunicipal decidiu em tempos, eu tenho vindo a dizer isto aqui reiteradamente, pelo menos tão reiteradamente quanto o senhor deputado tem colocado o assunto, a Comunidade Intermunicipal deliberou uma redução de 30% no valor dos passes e, tanto quanto sei, essa redução está a ser praticada pelos operadores e resulta de um programa chamado Programa de Apoio à Redução Tarifária, que distribui pelas autoridades de transportes cerca de 116 milhões de euros, para suportar os défices tarifários e as indemnizações compensatórias; o grosso deste valor, cerca de 70% é dirigido para Lisboa e Porto, naquilo que tem a ver com o sistema metropolitano de transportes de Lisboa e do Porto; à CIM da Região de Coimbra terá chegado qualquer coisa próximo de um milhão e setecentos mil euros e é esse dinheiro do Programa de Apoio à Redução Tarifária que financia a redução dos passes. Aquilo que está neste momento a colocar-se em cima da mesa, e foi objecto de discussão no último Conselho Intermunicipal, tem a ver com a manutenção deste financiamento porque a redução que foi operada resulta deste apoio do Estado; naturalmente que para se manter a redução é importante que o apoio por parte de Administração Central se mantenha, nomeadamente às autoridades de transportes e, neste caso, à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Quanto ao exercício que desenvolveu relativamente aos municípios sustentáveis, apenas dizer que a AVAI, que é a Associação que trata deste processo, considera vinte e um indicadores na avaliação que faz; aquilo que estivemos entretanto a verificar é que houve 53 municípios participantes, por isso quero acreditar que se trata de um processo sério. Coloca questões que são de desenvolvimento complexo, nomeadamente a questão das intervenções nos Baldios, a questão da Quinta do Dr. Urbano; estamos a acompanhar estas intervenções como não podia deixar de ser na defesa escrupulosa dos interesses do concelho.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado André Vicente, quero reconhecer e agradecer os considerandos que aqui faz, é um trabalho que fazemos, no fundo, dentro daquilo que é o nosso espírito de fazer da nossa terra um território



Assembleia Municipal

amigo das famílias, das empresas, e dos visitantes, insere-se perfeitamente nessa nossa estratégica concelhia.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Augusto, dizer-lhe que o repto que fiz à comunicação social teve em conta aquilo que é o exercício nomeadamente dos jornais regionalistas; no princípio, se formos ler os editoriais de todos estes jornais, quer seja da Comarca de Arganil, quer seja das Beiras, quer seja do Diário de Coimbra, aquilo que vamos lá encontrar é a defesa dos interesses da região, e foi precisamente em nome dos interesses da região, que solicitei também a notícia por parte da comunicação social. e a verdade, senhor deputado, é que eu aguardava insistentemente há vários meses por uma resposta do Senhor Ministro do Planeamento das Infra-estruturas. Já tinha reiterado as solicitações por três vezes, como disse aqui na Assembleia Municipal e, curiosamente, naquela segunda-feira foi publicada aquela notícia, e também curiosamente, certamente por coincidência, na terça-feira recebi cá uma resposta do Secretário de Estado do Planeamento. Até podem ser só coincidências, mas a verdade é que houve uma ausência de resposta em tempos, da secretária de Estado da Segurança Social e só depois de ter sido publicada uma notícia é que houve resposta da Secretária de Estado da Segurança Social, em relação a este assunto da EN 342 houve a publicação de uma notícia e só depois dessa publicação é que chega a resposta do Secretário de Estado das Infra-estruturas. Quero admitir que isto são só coincidências, mas que são coincidências curiosas, lá isso são. Relativamente à questão dos óleos alimentares, quero dizer-lhe que não corresponde à realidade, a afirmação que fez de que não existiam pontos de recolha, porque eles existem; são vinte e cinco pontos de recolha que temos no concelho, pediremos entretanto à Odete para lhe fazer chegar esta informação. Esta informação faz parte do processo de comunicação que também definimos há dias numa reunião de Câmara, comunicação essa que vamos fazer, admito que não seja uma informação tão conhecida de todos, mas a afirmação que fez também não corresponde à realidade.-----

-----Relativamente às questões colocadas pela senhora deputada Maria José Silva, como é sabido, o valor elegível no âmbito do Fundo de Solidariedade da União Europeia que foi validado ao município de Arganil, num momento inicial foi de 5,8 milhões de euros, houve depois na fase da candidatura um corte, e foi considerado elegível uma despesa de cerca de 5 milhões com três milhões e meio sem condicionamento e o diferencial, um milhão e meio, de despesa condicionada a sobrar dotação dos restantes municípios. Aquilo que fizemos foi a submissão ao mercado de um conjunto muito alargado de intervenções, cerca de uma dezena e meia de concursos públicos que submetemos ao mercado. Apostámos em valores de despesa resultantes destes concursos de cerca de 4 milhões de euros, foram os valores que contratámos; aquilo que executámos até ao final de Novembro foram 3.765.000,00€, o que significa que há um diferencial de cerca de 230 mil euros que temos contratado e que não tínhamos executado até ao final de Novembro, que tem a ver com algumas intervenções mais complicadas, que vamos ter que cumprir, mas



Assembleia Municipal

assumimos também esse risco. A questão mais crítica é a casa da Quinta do Dr. Urbano. Em relação àquilo que é a situação da comparação que aqui suscita, não sei não tenho informação final do processo, sei que acerca de quinze dias, quando o Secretário de Estado da área fez o ponto de situação, do ponto de vista da execução, em termos absolutos estávamos no primeiro lugar do pelotão, éramos o município que tinha maior valor executado; em termos percentuais nessa data já tínhamos ultrapassado os 80%, penso que teremos cumprido este nosso objectivo com sucesso assinalável.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Nobre, a informação prévia foi aquela que dei há pouco na resposta à intervenção do senhor deputado Manuel Augusto, o que aconteceu entretanto foi a publicação do anúncio para esta intervenção de reperfilamento do tabuleiro da EN 342, entre Arganil e Côja; este concurso foi lançado no dia 8 de Novembro, pelos prazos previsíveis para este tipo de empreitada, e a previsão é aquela que me foi transmitida pela Infra-estruturas de Portugal, podemos considerar que em Abril a empreitada terá início, deverá estar concluída até Agosto de 2020, o que significa que em Setembro de 2020 poderá ter reinício a empreitada cujos trabalhos estão suspensos, sendo previsível que até ao final de Dezembro do próximo ano a intervenção na EN 342 esteja concluída.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para “fazer uma pequena intervenção; em primeiro lugar, senhor deputado António Cardoso, a resposta às suas questões da Troika, da Geringonça, de Tancos, foi dada sabiamente pelo povo, nas urnas, e os resultados falam por si; é preciso ter agora alguma paciência, aconselho talvez a ajudar a organizar a vossa casa agora em Janeiro, e constituírem-se como uma Oposição construtiva e que combata os fenómenos de populismo o mais possível, que parece estarem a assombrar a vossa área política.---

-----Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, mais uma vez quero sublinhar que nós estamos de acordo com esta Moção e com aquilo que ela representa, aliás, já estávamos mesmo no seio e no contexto da Assembleia de Freguesia de Arganil, quando foi apresentado o voto neste sentido pelos eleitos da freguesia e na altura, como o senhor confirmou, a bancada que o apoia e o acompanha se absteve; era só para esclarecer esta questão, se mudaram de opinião acho muito bem, as razões por que se abstiveram, se o senhor não sabe, também estou esclarecido.-----

-----Senhor Presidente, queria perguntar se a intervenção na Praça Simões Dias, então, não vai acontecer? O projecto apresentado em Abril de 2018 não vai ser implementado, ou seja, não vai ser transformada a solução que está. Relativamente à intervenção na Zona de Lazer de S. Martinho da Cortiça, não tenho nada contra e vou ter oportunidade de esclarecer isso depois na altura do Orçamento. Não me respondeu à questão dos contentores enterrados junto aos Correios.”-----





Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Dias** dizendo que “eu não conseguiria responder melhor ao senhor deputado António Cardoso como o senhor deputado Miguel Pinheiro já o fez. Lembrar só, senhor deputado, Duarte Lima, Pavilhão Atlântico, as ações de Cavaco Silva, impostos de Passos Coelho da Tecnoforma, que não pagou, Miguel Relvas, etc, etc, etc.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Nuno Espinal** para “apresentar um pedido de desculpas por ter chegado atrasado, mas como sabem sou Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Cova de Alva, há hoje uma reunião muito importante em Fátima, de eleição dos órgãos sociais da união das Misericórdias, e eu tive que lá ir propositadamente para entregar e assinar documentos; não consegui estar aqui primeiro, peço desculpa e prometo que esta situação não se vai repetir.”---

-----Pedi a palavra o senhor deputado **António Cardoso** para dizer que “gostaria de responder aos senhores deputados que levantaram polémica em relação àquilo que eu disse, especialmente a Miguel Dias, no respeito em que diz levantou uma quantidade de problemas em relação a pessoas ligadas ao PSD; eu gostaria de lembrar que temos um ex Primeiro-Ministro que está neste momento com um processo, no qual é suspeito de crime de corrupção, branqueamento de capitais e outras situações. Temos um ex Ministro, Armando Vara, detido em Évora, por vários crimes que cometeu. Temos um elemento relevante do PS que ocupou cargos públicos, Paulo Penedos, o pai que homenageou o filho, que estão neste momento prestes a ingressar se calhar também no hotel de Évora. O ex ministro da defesa está com um processo relativamente a Tancos. Houve no anterior Governo penso que sete secretários de Estado que foram demitidos ou pediram a demissão, por viagens ilegais e outras situações. Quando nos vêm falar de problemas relativos a elementos do PSD, lamentamos, mas não são tão relevantes nem deixaram o país na situação em que se encontra. De qualquer modo, o que eu referi, são verdades. Por exemplo, no caso do Ministério da Justiça, quando aquela freira foi morta, havia efectivamente vários mandados, várias diligências que eram para ser feitas, para deter o indivíduo porque estava devidamente conotado com a criminalidade, e ninguém o fez. Alguém se interrogou com esta morte? Isto não é um facto? Ganham as eleições, muito bem, e dei os parabéns, mas não nos devemos esquecer daquilo que fez o PS anteriormente, daquilo que fez o Governo anteriormente; isso não esquece, levou-nos à bancarrota. E vejam o estado da Justiça, da Saúde, e isso afecta-nos muito. Quando há médicos que pedem escusa de assumir a responsabilidade, isto não vos toca? Isto não vos chama a atenção? Isto alegra-vos? Quando algum dos nossos familiares morrer, por não ter assistência no hospital, o que é que se faz? Tem que se levantar processos contra a ministra da Justiça, contra o Ministério da Saúde, por não assumirem as suas próprias responsabilidades. É nesse sentido que digo que ganharam as eleições, mas não



Assembleia Municipal

nos esquecemos dos processos que ainda estão em curso e que afectam a sociedade portuguesa.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “queria fazer um apelo para que, sem prejuízo da total liberdade dos senhores deputados poderem intervir, neste periodo Antes da Ordem do Dia, sobre todas as matérias, sejam elas de natureza local, ou nacional, parece-me que, de alguma forma, falar sobre questões que são do foro judicial, viola desde logo um princípio que é o da separação de poderes e por outro lado também é importante reconhecer o princípio da presunção de inocência. Julgo que abordar casos específicos da justiça, nesta Assembleia Municipal, não a enriquece e por isso pedia, e isto é para todos nós, para todas as bancadas, para todos os deputados municipais, que pudéssemos de alguma forma evitar a abordagem destes temas, que julgo que não enriquecem a nossa Assembleia Municipal.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “relativamente à intervenção considerada no projecto para a Praça Simões Dias, tentar clarificar que aquilo que fizemos e contratámos foi muito linear, foi o projecto que segmentava as intervenções nas áreas que estavam por fazer e as áreas que já estavam concretizadas; sendo certo que, e havia essa objectividade, que a não ser que de repente se abrisse uma grande oportunidade de financiamento para intervencionar novamente algumas das áreas que foram intervencionadas, que essa situação não se colocaria nos tempos mais breves. A Praça Simões Dias não será, para já, objecto de qualquer outra intervenção.”-----

-----Quanto ao funcionamento ou não dos contentores, do ecoponto junto ao edifício dos CTT, sinceramente não consigo dar-lhe uma resposta; posso entretanto inteirar-me do porquê de não estar a funcionar, do ponto de vista do princípio, diria que estou de acordo consigo, mas tenho que perceber, do ponto de vista técnico, se há alguma coisa que obsta que este funcionamento tenha início.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** perguntando se “isto quer dizer que vai haver reformulação da candidatura do PARU, da intervenção, vai haver uma reformulação física da obra? Divisão da empreitada inicial e isso vai ter implicações na candidatura à intervenção aqui que foi feita no âmbito do PARU?-----

-----Quero agradecer a explicação que o Senhor Presidente deu sobre a EN 342 e lembrar se calhar na última Assembleia que a minha colega que trouxe a questão da EN 342 e deste escrutínio sobre os decisores políticos, enaltecer aqui a importância que isso tem realmente, e fico contente que a obra avance. O nosso papel é esse mesmo, da mesma maneira que andamos aqui a chatear a Câmara para avançar com as obras na vila, é importante que o façamos também para avançar com essas obras que se calhar precisamos de ter mais força e mais canais para que elas aconteçam, no caso da EN 342, e o que eu quero acreditar é que a



## Assembleia Municipal

nossa ação, ao contrário do que possa parecer à partida, ajuda a que o desempenho do executivo possa ser melhor e acho que é para isso que aqui estamos.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção sobre a Requalificação do Antigo Hospital Condessa das Canas para a instalação de Serviço de Cuidados Continuados Integrados, apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil.-----

### ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs, uma vez que o PPI é indissociável do Orçamento da Receita e Despesa, que a discussão prévia a estas votações fosse feita em conjunto, e no fim far-se-ia a votação em separado, como é obrigatório, tendo sido aceite por todos os presentes.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para fazer um resumo dos documentos em apreço, começando por referir que “permitam-me elencar aquilo que são as intervenções, aquilo que são os investimentos mais marcantes e marcados também nestes documentos e colocar-me-ei à disposição para esclarecer algum assunto que esteja à minha possibilidade clarificar.-----

-----Estes documentos, nomeadamente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, têm e concretizo aquilo que é a estratégia para o concelho, aquilo que foi a estratégia sufragada pelos arganilenses e destacamos, desde logo, o que tem a ver com o investimento que está relacionado com o Desenvolvimento Económico, nomeadamente com a concretização da Qualificação do Pólo Industrial da Relvinha Este. Esta empreitada, como alguns já sabem, já foi objecto de contratação e consignação, neste momento o prazo para a sua execução está já a decorrer. E para além disso, e naquilo que tem ainda a ver com a Relvinha, e dentro daquilo que é esta aposta muito significativa de um valor superior a 5 milhões de euros, para a área da Relvinha, está também já submetida ao mercado a empreitada relacionada com a ampliação, empreitada essa que tem um preço base de cerca de 3.600.000,00€, e há também um esforço financeiro com a aquisição de terrenos de 600 mil metros quadrados, com um investimento na ordem de um milhão e duzentos mil euros.-----

-----Para além daquilo que tem a ver com o desenvolvimento económico, estes documentos reflectem também o esforço do município na área da Protecção Civil, quer seja com o projecto de criação do Centro Municipal de Protecção Civil, cuja candidatura foi submetida e para a qual contamos com apoio. Também os apoios às corporações dos bombeiros, aquilo que tem sido uma aposta muito determinada na limpeza de perímetros e faixas de gestão de combustível, aquilo que será também



## Assembleia Municipal

um projecto nacional, pelo menos para os municípios a norte do Rio Tejo, que é o cadastro das propriedades no perímetro urbano. Também o esforço que continuamos a fazer ao nível das Equipas de Intervenção Permanente sediadas nos Bombeiros.-----

-----Destaque também para as intervenções, para os investimentos, na área do Ambiente, nomeadamente o abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos; lembrar que estão investimentos em curso no valor que não tem paralelo na história do concelho, estão em curso investimentos nesta área de sensivelmente dez milhões de euros e que visam posicionar Arganil naquilo que é a linha da frente, ao nível da qualidade de vida ambiental para as próximas décadas.-----

-----Permitam-me também que destaque aquilo que são os investimentos ainda nesta área, preconizados para as Etares da Sanguinheda, para o fecho do Sistema de Águas residuais de Casal de S. José, para a remodelação da rede de abastecimento de água das Secarias e também da Rua Comendador da Cruz Pereira na vila de Arganil. Mantemos, como já aqui foi referido, o investimento na requalificação do Largo Cónego Manuel Fernandes Nogueira, no Piódão, e a reabilitação do Posto de Turismo, bem como algumas intervenções no âmbito da rede das Aldeias do Xisto, na Benfeita e em Vila Cova de Alva.-----

-----Ao nível do Desporto, do Lazer, do Recreio, do Património, permitam-me que destaque a finalização da requalificação da Capela de S. Pedro e as intervenções relacionadas com a instalação dos núcleos museológicos de Etnografia e Arqueologia, que estão em fase de concretização avançada. Ao mesmo tempo, estamos a trabalhar numa candidatura relacionada com a dinamização da Lomba do Canho. Naquilo que tem a ver também com as áreas do Turismo e Lazer, estão vários procedimentos em curso, relacionados com intervenções nas Zonas Balneares e nas Praias Fluviais, bem como nas Zonas de Lazer que já aqui foram referidas de S. Martinho da Cortiça, das Fronhas, bem como do Parque de Campismo do Sarzedo. Ao mesmo tempo mantém-se um esforço grande relacionado com o Plano Estratégico para a Reabilitação Urbana, cujos projectos são sobejamente expressivos e já foram aqui veiculados. Os apoios às famílias, que também já foram aqui sublinhados pelo senhor deputado André Vicente. Os projectos relacionados com a integração de migrantes, nomeadamente no âmbito do FAMI, um esforço muito grande também, na plena integração destes cidadãos que escolhem o nosso concelho para viver. Mantemos também o esforço e intensificamos o esforço na área da Educação, área à qual dedicamos um investimento superior a um milhão de euros. Para além disto, de um investimento directo do município há também um investimento indirecto que estamos a concretizar, no âmbito dos Projectos Intermunicipais, projectos com financiamentos assegurados no âmbito da Comunidade Intermunicipal, projectos esses aos quais o município aloca a comparticipação nacional.-----

-----Lamentavelmente, retirámos das GOP e do Orçamento a intervenção relacionada com a reabilitação da Escola Secundária de Arganil; a história já é



Assembleia Municipal

conhecida, a anterior Secretária de Estado da Educação assumiu um compromisso connosco que devia ter sido honrado até Junho de 2019, não foi, e por aquilo que foram as informações entretanto recolhidas, não há qualquer expectativa de financiamento para esta intervenção e isso significa que não faz sentido mantermos este projecto nos documentos previsionais.-----

-----Destacar a coerência e a previsibilidade da fiscalidade, nomeadamente ao nível dos impostos municipais, mantendo o Imposto Municipal sobre Imóveis no seu intervalo mínimo, com a redução de IMI para as famílias com um, dois ou três filhos com reduções de 20€, 40€ e 70€, respectivamente; ao nível das empresas a Derrama mantém-se nos 0% e ao nível daquilo que são os serviços públicos essenciais, nomeadamente abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, mantemos os tarifários mais reduzidos do distrito. É também dentro de uma fiscalidade e de tarifários atractivos para as famílias e também para as empresas, que damos nota nestes documentos previsionais.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para pedir alguns esclarecimentos e começou por referir que “antes de mais, julgo que há uma gralha na deliberação de Câmara, porque se refere à aprovação do Orçamento para 2019; acho que será uma questão de pormenor, mas que convinha confirmar.”-----

-----As peças do Orçamento deste ano têm uma diferença em relação ao ano passado porque não apresenta a mesma estrutura, não apresenta os sub-totais referentes a cada capítulo económico; isso ajudava a ter uma leitura mais eficaz e julgo que valia a pena, no próximo ano, colocar isso outra vez na estrutura do documento porque ajuda a fazer a comparação e uma leitura mais fácil. Basicamente, acho que essa será a grande diferença em relação a 2019, porque no geral, e eu iniciava esta intervenção, lembrando o que estava escrito nos objectivos do Orçamento de 2019; para 2019 havia o documento do Orçamento foi-nos apresentado e tinha uma forte aposta no Turismo, com duas ou três intervenções, nomeadamente a requalificação do Largo do Piódão e a requalificação de Zonas Balneares de Foz d’Égua, Casal Novo e Peneda Talhada, a instalação dos núcleos arqueológicos e de etnografia e da intervenção na Capela de S. Pedro e outras coisas, que nós sabemos que tiveram taxa de execução zero, ou próxima disso. E o que acontece é que há uma tendência não tem nada a ver com a dignidade do documento, tem a ver com esta questão dos Orçamentos se sucederem em que a base do documento apresentado é do ano anterior, e então há parágrafos que se repetem, há situações que são “reaquecidas”, parece que estamos a “comer “ o Orçamento do microondas, das sobras do dia anterior, e o Orçamento, também fruto de ter uma série de intervenções que não foram feitas no ano em que deviam ter sido feitas e passam de ano para ano, cheira muito a copy- paste, e literal, em alguns parágrafos, em algumas partes, que chega a ter mesmo texto igual em partes determinantes como a parte do Ordenamento do Território, a parte do Turismo, porque as intervenções não foram feitas.-----



Assembleia Municipal

-----O Senhor Presidente apresentou a sua visão global, as suas vontades para os objectivos de 2020 e reforçou até uma aposta, por exemplo, na Educação, um investimento de capital na Educação, e nós reparamos que há um investimento abaixo de 2019 e consideravelmente abaixo até de 2018. Esta visão global do Orçamento traz muito poucas coisas de novo, acho que esta altura, em que oficialmente o Senhor Presidente se libertou do lastro dramático e também financeiro, decorrentes dos incêndios, e determinou isso nas suas posições públicas sobre a estratégia a seguir para a segunda metade do seu mandato, esperávamos aqui intervenções mais marcantes e mais diferenciadoras.-----

-----Gostava de fazer algumas perguntas, que poderão ser muito estúpidas, até podem ser questões de engenharia ou de apresentação contabilística que me escapam, e por tal razão peço a sua melhor tolerância na sua resposta. Gostava de perguntar, sobretudo em rubricas em que a diferença entre um ano e outro é bastante considerável, por exemplo: temos aqui uma rubrica, a 07.02.09.99.02, participações de utilização de energia, que em 2019 tinha um valor de 1900 euros e em 2020 tem um valor de 120 mil euros; outra, das rendas das Águas do Centro Litoral, de um milhão em 2019 e de um euro em 2020. Gostava que nos esclarecesse estas discrepâncias. Temos ainda uma questão que tem a ver com a despesa, rubrica 01.02.01.01.07, que diz respeito ao pessoal em regime de tarefa ou avença, com uma diferença de 30 mil euros previstos para 2019 e de 145 mil euros para 2020, ou seja, podemos estar aqui a quintuplicar a despesa numa rubrica que no que diz respeito, eu nem diria à fixação de população, mas se calhar todos estes aspectos contam, mas numa rubrica que diz especificamente pessoal em regime precário, tarefa e avença, estamos a quintuplicar a despesa; julgo que tem que haver alguma justificação para isso, pois passamos de um valor de 30 mil euros para 145 mil euros. Outra rubrica que tem a ver com as instalações de serviços, em que passamos em 2019 de 490 mil euros para o valor de um milhão e seiscentos mil euros em 2020; gostava de saber se isto tem a ver com a intervenção no edifício onde estamos, e se é o caso, gostava de perguntar quando é que está previsto o início das obras, quando, para onde, e quanto é que vai custar a deslocação temporária dos serviços, se isso já está definido, para que outro imóvel público é que vão os serviços, ou se os funcionários da Câmara irão para outro espaço que não seja edifício público e, para tal, tenhamos que pagar alguma renda.-----

-----Gostava que nos esclarecesse acerca do aumento da rubrica 0102100603, de despesa com empréstimos de médio e longo prazo, que passa de 456 mil euros em 2019 para 490 mil euros em 2020.-----

-----Quero sublinhar aspectos positivos: agrada ao Partido Socialista a intervenção que apresentou para a Relvinha, agrada ao Partido Socialista o reforço da intervenção na rede viária, que estende equidade, democracia e justiça a todos os cidadãos do concelho, pois quanto maior for a intervenção e os canais de troca de qualidade de vida e de acessibilidades tanto melhor. A intervenção ao nível do Ambiente, nas redes de infra-estruturas, sendo água, resíduos sólidos e urbanos,



Assembleia Municipal

neste caso até, devo dizer que, em termos pessoais, estou bastante agradado com a proposta do Orçamento, pessoalmente, Miguel Pinheiro, porque vou ter uma ETAR na Sanguinheda e uma piscina na Teixugueira.-----

-----Há outros aspectos que gostava de perguntar, que têm mais a ver com o caminho para concretizar estas intervenções, por exemplo nesta questão da área de lazer de S. Martinho da Cortiça, é uma intervenção que acho que deve andar para a frente, que faz sentido, e percebo também que tem o apoio e o entusiasmo da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, e com certeza, implementada, terá o apoio da população, tem prevista uma intervenção de 180 mil euros em 2020 e de 50 mil euros em 2021; gostava de perceber qual é a estratégia, qual é o timing para a obra, e tendo em conta outros timings, se já lá tomaremos banho no Verão de 2021.-----

-----Uma pergunta sobre a Zona de Lazer das Fronhas, estavam previstos 100 mil euros em 2019 e para 2020 tem previsto um investimento de 10 mil euros, sendo que já tem realizados cerca de 9 mil euros, gostava de saber em que foram gastos esses nove mil euros. Gostávamos de saber de que tipo de intervenção se trata, falou de apoio aos pescadores, em que é que estes 10 mil euros vão ser gastos?-----

-----Passando para outra questão, gostava de questionar sobre o percurso pedestre de Côja; em 2019 tinha uma dotação de 425 mil euros que foram executados 2 mil euros e para 2020 o valor desceu e tem previstos 226 mil euros para intervir no percurso pedestre de Côja; gostava que nos explicasse que tipo de intervenção vai ser, se há concurso, porque o valor é muito específico, de 226.807,00€, por isso questiono se a obra irá avançar durante o ano de 2020.-----

-----Relativamente à Lomba do Canho, tínhamos em 2019 300 mil euros previstos de intervenção na Lomba do Canho e tivemos uma execução zero. Em 2020 temos um valor de 600 mil euros para a Lomba do Canho; gostava de saber se este valor tem como base alguma candidatura que esteja aprovada, ou em fase de aprovação, e de que participação estamos a falar, eu julgo que no Orçamento tem cerca de 15% de investimento da Administração Autárquica e quais são as reais perspectivas para esta dinamização da Lomba do Canho que, no caso de serem 600 mil euros, pode realmente transformar-se numa absoluta referência do concelho e que, estranho eu, um valor de investimento perspectivado deste tamanho, não ser uma bandeira fundamental da sua apresentação do Orçamento, apesar de o ter referido.--

-----Em relação às Zonas Balneares de Foz d'Égua, Casal Novo e Penada Talhada, tinha uma dotação de 55 mil euros em 2019 e que passam para 275 mil euros em 2020; gostávamos de perceber qual é a ideia de intervenção nestes locais e, tendo em conta o valor apresentado, se isso indicia uma intervenção de fundo na Penada Talhada, como merece e como julgo que todos aceitamos e concordamos que só teria todo o interesse para as Freguesias de Arganil e Secarias, mas também no contexto turístico municipal, dado que é apresentada e publicitada como zona balnear do concelho.-----

-----Relativamente à Requalificação Urbana da vila de Arganil, em 2019 estavam previstos um milhão e setecentos mil euros de valor total de intervenção, para 2020



Assembleia Municipal

passamos para um milhão e vinte e quatro mil euros; gostava de saber o porquê desta diferença, se já reflecte esta repartição das intervenções entre a Galeria e o resto das artérias, ou seja, Galeria/avenida principal e o resto das artérias, e para além disso a intervenção ou não na Praça Simões Dias, se já foi reformulada a candidatura com uma revisão em baixa e, com isso, alguma libertação de verbas para aplicação noutros projectos.-----

-----Em relação à Relvinha, percebe-se que vai avançar em força em 2020 e espero que sim, e desejo toda a sorte e toda a boa ventura nessa intervenção, teve uma execução abaixo do esperado em 2019, julgo até que a execução se resumiu às expropriações e aos custos do projecto, para 2020 tem uma dotação de 2.150.000,00€ e para 2021 de 1.600.000,00€. Pelo que percebi, são empreitadas diferentes, uma para a requalificação, outra para a ampliação; gostava que nos elucidasse se elas irão decorrer em simultâneo, se uma começa quando acaba outra, se vai haver periodos em que vão as duas decorrer em simultâneo e quais são as perspectivas de conclusão, certamente durante o ano de 2021, e se, isto já um bocado fora do Orçamento mas é muito importante que nós acabemos a intervenção na Relvinha e que não passe a ser uma paisagem lunar, interessa que haja empresas a tomar conta dos lotes, se já temos alguma estratégia comercial para sedução de investidores e contamos com os seus predicados, Senhor Presidente, para isso.-----

-----Gostávamos também que nos explicasse a requalificação do acesso à EB1 de Arganil, a diferença de valores de 2019 que estavam cabimentados 50 mil euros e agora em 2020 temos um valor de 120 mil euros que se repete em 2021, 2022 e 2023, com valores iguais, 120 mil euros; gostava que nos explicasse qual é o âmbito do projecto e a razão desta discrepância.-----

-----Quase a terminar, queria fazer uma referência ao que não está no Orçamento; gostava que nos dissesse em que rubricas estão reflectidas as despesas associadas ao Rali em 2020, os valores do Protocolo e as ações que decorrem deste, as ações concretas no terreno, de requalificação de rede viária, da manutenção e da preparação dos troços, e de todas as ações previstas nesse Protocolo, que muitas delas não têm forma de ser mensuradas, talvez, e que se diluem em muitas destas intervenções destes valores que são apresentados, bem como das iniciativas específicas de promoção e animação do evento; não há uma única referência ao Rali.-----

-----Também não há nenhuma referência ao Cineteatro Alves Coelho, não há referência ao projecto que aparentemente foi feito, ou está a ser feito, ao eventual Protocolo com a proprietária do imóvel, à vontade da reformulação dos valores que decorrem da candidatura do PARU, que aparentemente foi revista em baixa, a reformulação da candidatura, obra; é uma ausência notada, uma ausência que nos preocupa, e que depois do defunto Museu Internacional do Rali, pode indiciar que se não temos uma aposta forte em 2020 para apresentação de candidatura, fechar projecto, lançar obra, não temos o Cineteatro concluído no final do seu mandato e





Assembleia Municipal

estaremos tristemente com a discutível consolação de estar a olhar para o edifício em ruínas, daqui da varanda requalificada da Câmara, bem sentadinhos e confortáveis, poderemos ver a ruína galopante do Cineteatro Alves Coelho.”-----

**-----O senhor deputado municipal Miguel Sérgio saiu da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.**-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “hoje somos chamados, mais uma vez, a efectuar a votação das GOP e do Orçamento municipal. O ano de 2020 apresenta-se como um ano de grandes desafios e julgo que seja importante para prestar análise ao que é exposto pelo executivo do nosso município, para que possamos dar o melhor. Permitam-me apenas que faça, antes disso, um apontamento prévio.-----

-----Se interpretei devidamente os números que me foram entregues, pela informação disponível, e se até ao final do exercício de 2019 não houver nada de anormal, este executivo irá ao que tudo indica, executar um dos maiores, se não o maior Orçamento de sempre no osso município. Esperamos a confirmação destes dados para oportunamente os analisarmos.-----

-----Fiz este apontamento apenas para poder afirmar que o bom trabalho do passado tem que ser a base da estabilidade mas também da exigência para o futuro.

-----Senhor Presidente, tenho nas suas palavras na nota de abertura do Relatório do Orçamento, por concordar na plenitude com o que afirma. Passo a citar: *é tempo de reforçar a atenção aos projectos e decisões considerados estratégicos para o concelho*. As prioridades explanadas nesta proposta de Orçamento ao nível do desenvolvimento económico, da educação, do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, não esquecendo a Proteção Civil, o continuado investimento em rubricas como o abastecimento de água, o saneamento, os resíduos sólidos urbanos, o Turismo, a Cultura, o Desporto, o Lazer e a Requalificação dos Equipamentos Municipais, são a evidência da vontade em fazer mais e melhor no nosso concelho.

-----Permitam-me, ainda assim, que dê particular relevância a alguns destes pontos por os achar particularmente importantes.-----

-----O Desenvolvimento Económico; no que diz respeito ao desenvolvimento económico, é necessário dar o devido destaque à concretização da qualificação do Pólo Industrial da Relvinha Esta e ao processo da ampliação do Pólo Oeste. Um investimento de mais de 5 milhões de euros; repito, mais de 5 milhões de euros. Desta forma conseguir-se-á dar as devidas e merecidas condições àqueles que diariamente ajudam a elevar o nome de Arganil com o trabalho efectuado pelas suas empresas aí implementadas. Eles serão os verdadeiros embaixadores dos nossos espaços industriais se aí sentirem as condições ideais para desenvolverem o seu trabalho. É preciso reconhecer e admitir que para que novos projectos possam vir até nós, as condições têm que ser criadas. Esta é sem dúvida uma decisão de olhos postos no futuro que tenho a certeza que trará os seus frutos.-----



## Assembleia Municipal

-----A Educação. Uma sociedade com mais e melhor educação será sempre uma sociedade mais preparada para vingar no futuro. Apostar na formação dos nossos jovens é salvaguardar o futuro dos nossos territórios. Julgo que o montante de mais de um milhão de euros do Orçamento municipal colocado nesta rubrica, por parte deste executivo, reflecte bem esse reconhecimento. Pena tenho que a nossa governação não faça a mesma leitura e não reconheça a necessidade de dotar o nosso principal Pólo Educativo, que é a Escola Secundária de Arganil, onde muito me orgulho de ter estudado, da necessária reabilitação, ou melhor, reconhecerem ou parece terem reconhecido em tempos, mas passados períodos eleitorais, já é possível dar o dito por não dito, algo habitual nesta governação, como se vê também na Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, hoje nesta Assembleia.-----

-----O bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Um ponto fundamental para a qualidade de vida de um cidadão é, sem dúvida, o seu rendimento disponível. Este executivo volta mais uma vez, a propor, através deste Orçamento um pacote de medidas de excepção, por via da manutenção das taxas mínimas de impostos municipais. Tive oportunidade de afirmá-lo em 2018 por esta altura de forma bem explícita, que Arganil é excepção no que a este ponto diz respeito. Recordo que a essa data apenas 5% dos municípios portugueses cobravam o IMI mínimo definido por lei, fixando Derrama zero e abdicando da totalidade do IRS a que têm direito. Se aqui adicionarmos quantos o fazem reiteradamente, como Arganil, este número reduz-se ainda mais, para apenas 4,2%. Neste ponto gostava ainda de somar outra informação; segundo um Relatório da OCDE divulgado esta semana pela comunicação social, a carga fiscal em Portugal voltou a subir, passou de 34,3% em 2017 para 35,4% do PIB em 2018, um aumento de 1,1% no nosso país, enquanto o aumento médio dos países que compõem a OCDE foi de 0,1% neste mesmo período. Será responsabilidade do Passos Coelho ou da Troika? Do Cristiano Ronaldo das Finanças não será certamente.-----

-----Um pouco mais a sério, digo: obrigado Senhor Presidente por minimizar na medida do possível o fardo chamado impostos, que todos carregamos. O fardo é menos pesado em Arganil. Obrigado por fazer diferente em Arganil.-----

-----Para finalizar esta minha intervenção, digo que aguardo com expectativa para ver chegar ao terreno o que está planado neste Orçamento, pois tenho plena convicção que Arganil continuará a dar passos certos no caminho certo.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **António João Lopes** referindo que “este Plano continua a ser um emaranhado de questões, que julgo que são necessárias para a população que reside no concelho; no entanto, parece-me que não tem sido ouvida a Assembleia Municipal isto é, a Câmara faz o programa sem ter recolhido opiniões que têm passado aqui pela Assembleia Municipal. Por exemplo, tivemos eleitores que vieram aqui no período destinado ao público, como ruas em Vinhó e nas Secarias que necessitavam de melhoria, não vejo que estejam no Plano,



Assembleia Municipal

poderão estar em programas gerais. Também o Plano de arborização, em função dos incêndios de 2017, não vi nada que se reflecta neste trabalho e não se faz apelo à colaboração de entidades municipais, por exemplo para o Plano de arborização era conveniente colaborar com a Associação dos Produtores Florestais e com entidades tecnicamente capazes da região.-----

-----Outro aspecto são os parques industriais; o alargamento deste parque industrial da Relvinha resulta de pedidos que chegaram à Câmara ou é uma tentativa de criar condições para que depois se venham instalar empresas? Olhando para o que se passa em Côja, a maioria dos lotes continua disponível para instalar empresas, o terreno continua lá, as obras que foram feitas continuam sem ter tradução em trabalho efectivo. O de S. Martinho, conheço o início junto à Estrada da Beira, não sei, não conheço exactamente a área total, mas também me parece que está relativamente pouco aproveitado.-----

-----Quanto a problemas, por exemplo Mancelavisa, que é aqui muito perto de Arganil, para se deslocarem até Arganil têm que percorrer 9 quilómetros, têm que ir de Mancelavisa quase ao Alqueve e depois vir pelo Mosteiro, Folques, Arganil; no entanto, pelo caminho que alguns usam mas sem características nenhuma de via pública, são apenas 3 quilómetros. Até do ponto de vista do ambiente, isto é um crime; não seria mais razoável meter este projecto num Plano? Eu fiz, há 3 ou 4 anos um abaixo-assinado mas não recebi informação nenhuma e no Plano também não vem nada, será que é impossível reduzir a distância para aquela população deixar de andar 18 quilómetros para ir e vir a Arganil, onde trabalha a grande maioria, e passarem a andar só seis quilómetros?-----

-----outro aspecto seria conveniente, neste espírito de município sustentável, conhecer até que ponto é que os jovens e aqui proponho só uma data, dado que o PSD governa o município há 14 anos, para onde se deslocaram os jovens que entraram no mercado de trabalho desde há 14 anos? Olhando para Côja a verdade é que foram para o concelho de Tábua, os menos habilitados, porque os mais habilitados foram para outras zonas incluindo o estrangeiro, mas era conveniente estudar-se isso, para termos uma noção de até que ponto é sustentável ou até que ponto vale a pena estar a investir em parques industriais que depois poderão não ter empresas.-----

-----No jornal O Público, de há 3 dias, vinha uma entrevista muito grande sobre ocupação de parques industriais, e a verdade é que se dizia que os parques industriais estão cada vez com menos aderência, porque muitos dos trabalhos de grande natureza industrial que precisam de ir para parques, deixaram de se fazer em Portugal. Por isso há que ter algum cuidado; é evidente que este alargamento do parque industrial da Relvinha é relativamente pequeno, são vinte e poucos lotes, mas também depende da dimensão da empresa, uma empresa pode ocupar dois ou três lotes e outra ocupar só um, mas este aspecto é interessante.-----

-----Outro aspecto que em dois anos anteriores seguidos apareceram verbas destinadas à estrada entre Côja, Barril, Vila Cova; agora, segundo eu ou não vi, ou já



Assembleia Municipal

desapareceu, a verdade é que não foram feitas obras nenhuma; deixou de ter interesse? É capaz de ter havido mudança de posição.-----

-----Num destes últimos Boletins, julgo que de Outubro, referia-se que os resíduos urbanos passaram a ser recolhidos localmente; deixou de haver contentores onde os residentes depositam os resíduos e passou a haver só uma forma diferente de recolha de resíduos? Gostaria de saber o que se passa com esse tipo de alteração.”-

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que “relativamente à intervenção do senhor deputado Miguel Pinheiro, o senhor deputado dividiu a sua intervenção em duas partes, uma mais de política outra de perguntas; na parte política, estava a ouvi-lo falar e estava a recordar-me de uma conversa que tive durante o jantar, no último fim-de-semana, no Congresso da Associação Nacional de Municípios, em que o Presidente da Câmara da Figueira da Foz ficou ao meu lado e ele estava a fazer-me registo do argumentário da Oposição dele na Figueira; e por incrível que pareça, o argumentário que ele ouve na Figueira, da Oposição dele, é muito igual ao argumentário que o Senhor deputado aqui utilizou; faz parte, nós já sabemos, já andamos todos aqui há uns tempos, sabemos que consoante as posições em que se está, ou no poder ou na Oposição, a forma de atacar os problemas, ou de fazer as intervenções, também muda, de uma forma muito curiosa.-----

-----Relativamente à questão da estratégia, devo dizer que a estratégia que estamos a implementar é muito clara, é a que consta do programa eleitoral que foi sufragado pelos arganilenses e, como não poderia deixar de ser, é obviamente a nossa estratégia para o concelho, não é a vossa estratégia, a estratégia que submeteram ao sufrágio dos arganilenses, como recordamos, foi a estratégia que não foi aceite pelos arganilenses. Mas vale a pena, contudo, fazer dois ou três apontamentos, que não posso deixar de fazer; independentemente daquilo que são as intervenções políticas e permita-me que lhe diga, senhor deputado Miguel Pinheiro, que lhe reconheço, para além da argúcia e da astúcia que tem, reconheço-lhe inteligência e reconheço-lhe honestidade intelectual, mas reconheço honestamente, portanto, quando traz aqui assuntos com a delicadeza que eles têm e os coloca de uma forma distorcida, também não gosto precisamente porque lhe reconheço essa honestidade intelectual. O senhor deputado falou aqui em aumento de dívida, mas se verificar nos documentos da prestação de contas, ou no Relatório de evolução da situação financeira, aquilo que vai verificar, é que estamos com o valor de dívida mais baixo, desde que há registo, ou pelo menos dos últimos quinze anos. Se quiser olhar para a questão da execução, aquilo que vai verificar também é que o exercício de 2019 vai ser o exercício com maior execução em termos absolutos, de sempre. Aquilo que são os factos, colocados em oposição com aquilo que foi a sua intervenção política, uma coisa não bate certo com a outra, mas volto a dizer, faço este apontamento, eu até podia deixar passar isto em branco, mas não o faço apenas e exclusivamente porque lhe reconheço essa inteligência e essa honestidade intelectual para quando



Assembleia Municipal

faz as intervenções que faz, reconheço-lhe um espírito de verdade. Quero também nesta matéria, repor a verdade relativamente a estas questões, relativamente às quais vindas de si, eu não podia calar.-----

-----Em relação às questões mais concretas que suscitou, nomeadamente a gralha, na deliberação de Câmara, exactamente como diz, é uma gralha, tem que ser corrigida.-----

-----Relativamente aos sub-totais, não consigo localizar em que documentos é que verifica a falta de sub-totais.-----

-----Em relação à questão da repetição de algumas rubricas daquilo que chamou de tendência do reaquecimento, isso por acaso, e só por acaso, lembrou-me que falámos há pouco da economia circular, da reutilização, até nos fica mal nos tempos que correm, tempos que são de olhar com preocupação para aquilo que será o futuro da humanidade relativamente à comida, a questão do reaquecimento é uma prática que temos que começar a assumir e se calhar, inclusivamente, aqui nalgumas rubricas orçamentais. Falando em concreto, relativamente à questão que suscita sobre as rubricas que se repetem, como é óbvio, há aqui projectos que são definidos num determinado momento e que têm um impacto orçamental, pelo seu desenvolvimento, desde o momento em que inicia, com a questão do projecto, estudos, e o momento em que se concretizam, que ocorre que ultrapassam mais que um horizonte temporal de um ano, de um Orçamento; é isso que está também transmitido e constante dos documentos de prestação de contas.-----

-----Relativamente à execução, na área da Educação, é verdade aquilo que diz, há uma execução preconizada e prevista para o próximo ano, inferior àquela que se tem verificado, mas isto significa que o nosso esforço, na área da Educação, mantém-se e é reforçado, naquilo que são os apoios directos às famílias: transportes escolares, refeições, alguns manuais escolares, visitas de estudo, esse esforço mantém-se e, nalguns casos, é reforçado. Há aqui também uma constatação: a verdade é que o Parque Escolar Concelhio, com excepção da Escola Secundária, está hoje praticamente todo reabilitado, face àquilo que é a realidade do sector da Educação. Obviamente que estando esse investimento cumprido, aquilo que é exigível, e que está transposto também nos Orçamentos e nas Grandes Opções do Plano, também reflecte essa redução, a redução de já não ser necessário fazer esses investimentos pesados na área da requalificação do parque escolar.-----

-----Relativamente à comparticipação da utilização das energias, não lhe consigo responder neste momento.-----

-----Em relação às rendas da Águas do Centro Litoral, trata-se de um processo que passou na altura na Câmara, que foi apreciado e votado na Câmara, e que, basicamente, consubstancia o seguinte: como se recordará, em 2004, no âmbito do Sistema Intermunicipal, houve a adesão ao Sistema e o Estado, através da empresa pública Águas de Portugal, considerou alguns dos nossos sistemas no âmbito da concessão, e paralelamente o município celebrou na altura com a Águas do Mondego contratos de fornecimento de água, para os cinco sub-sistemas que foram



## Assembleia Municipal

considerados e contratos de tratamento de águas residuais também para os sub-sistemas que foram considerados. Aquilo que em determinado momento conseguimos colocar em cima da mesa e que não tinha sido considerado em 2004, e volto a dizer que foi assunto que foi apreciado e discutido em reunião de Câmara, ainda no anterior mandato, teve a ver com aquilo que considerámos absolutamente exigível, ou seja, também como se recordará, em 2004 foram assumidos compromissos por parte da então Águas do Mondego, com a concretização dos investimentos até 2008, em 2008, na área do abastecimento de água, nada estava concretizado, aliás, chegámos a 2015, 2016, com nada executado na área do abastecimento de água e isso levou a várias intervenções, levou-nos, em determinado momento, a colocar em cima da mesa algo que não tinha sido considerado em 2004, que era uma compensação ao município pela utilização dessas infra-estruturas. Estamos a falar de rendas que conseguimos, apesar dos sistemas estarem reintegrados, recolocar na negociação; foram pagas na altura aquilo que foi acordado com a Águas de Portugal e com a Águas do Mondego, que essa compensação de sensivelmente um milhão e meio de euros, seria pago em três semestres. Isso verificou-se e é um processo que está concluído e justifica esta situação de que falou.-----

-----Relativamente ao pessoal em regime de tarefa ou avença, devo esclarecer que esta temática mudou muito, do ponto de vista legislativo, nos últimos 14 anos; mudou de uma forma abissal. Aquilo que era o recurso a este instrumento, em determinado momento da história do país, de uma forma quase indiscriminada, foi praticamente o recurso a este instrumento foi praticamente banido, do ponto de vista legislativo. A que é que se deve esta situação? Deve-se exclusivamente a dois ou três projectos muito concretos e refiro-me, por exemplo, naquilo que tem a ver com a população migrante, um projecto que é financiado por fundos comunitários e assumido no âmbito de um processo mais alargado da CIM, aquilo que são os projectos na área da Educação, em que os próprios regulamentos destes instrumentos, destes projectos, estabelecem que a contratação é feita em regime de contrato ou avença. Basicamente são técnicos que estão a ser recrutados para e no âmbito destes projectos, uma vez concluídos os projectos, naturalmente que há uma desvinculação; é este o enquadramento. Volto a dizer e a sublinhar: o recurso a este instrumento resulta das regras próprias dos regulamentos destas candidaturas.-----

-----Em relação ao início das obras, neste edifício dos Paços do Concelho, está a contratação a decorrer, houve análise de propostas, e aquela tramitação de notificação aos concorrentes, de relatórios preliminares e finais, minuta de contrato, visto do Tribunal de Contas, é a tramitação que está neste momento a decorrer. Pensamos que no início do ano, no primeiro trimestre, teremos condições para que a intervenção tenha início. A nossa tentativa é de deslocar os serviços para instalações que estejam disponíveis; o exemplo mais imediato que me ocorre é o edifício do antigo GAT, que como sabe era propriedade do município de Arganil, do município de Tábua e do município de Pampilhosa da Serra.-----



Assembleia Municipal

-----Em relação à área de Lazer das Fronhas, contamos que em 2021 o senhor deputado possa vestir os calções e possa fazer mergulho na piscina de S. Martinho da Cortiça, mudar de roupa nos balneários que estarão também disponíveis; esperemos que não faça nenhum hematoma, mas se eventualmente isso acontecer também estará um posto de socorros disponível para dar esse suporte.-----

-----Em Relação à Zona de Lazer das Fronhas, a intervenção que vai ser feita será essencialmente de reformulação da área de estacionamento, de alguma arquitectura paisagística, com a eliminação de algumas espécies invasoras que estão actualmente no espaço, particularmente acácias, com a plantação de espécies autóctones e com um ponto de apoio que sirva de casa de banho para os utilizadores daquele espaço. A realização que aconteceu tem a ver com o projecto que em tempos foi contratado para fazer a intervenção na Zona de Lazer das Fronhas.-----

-----Em relação ao percurso pedestre de Côja, como tenho dito de uma forma reiterada, esta intervenção exige financiamento e o financiamento com que contamos é do Programa Valorizar. Já submetemos por duas oportunidades, em dois Avisos de candidatura, este Projecto e ainda não o processo de análise das candidaturas, quer da primeira tentativa, quer da segunda, ainda não estão concluídos; o avançar ou não deste projecto está dependente da aprovação ou não da candidatura.-----

-----Relativamente à Lomba do Canho, a situação que coloca, nomeadamente do valor que está actualmente considerado, tem muito a ver com aquilo que é considerado elegível no Aviso de candidatura da candidatura que estamos a preparar. Considerando aquilo que é elegível, um trabalho que já fizemos, permite-nos neste momento estimar este valor de cerca de 600 mil euros, repartido em aquisição de terrenos, com cem mil, em tecnologias de prospecção, sensivelmente dez mil, actividades de investigação cerca de 40 mil, intervenção de conservação e restauro, vinte mil, aquisição de materiais de divulgação 15 mil, conteúdos patrimoniais 20 mil, um documentário 5 mil, actividades de divulgação e o projecto da arquitectura 43 mil, a própria intervenção cerca de 200 mil, e a sinalética e infra-estruturas sensivelmente 50 mil. Este foi o levantamento que fizemos é a projecção de investimento que fizemos também em articulação quer seja do corpo técnico do município, nomeadamente do arqueólogo, em articulação com a Universidade de Coimbra, com quem, como sabe, temos um Protocolo celebrado para a área da Lomba do Canho; esse trabalho resultou nesta estimativa. Compreendo e percebo o apontamento que fez relativamente àquilo que pode ou não ser uma bandeira que é a redinamização da Lomba do Canho, mas também como todos percebemos, o avançar mais rápido ou mais lento deste processo está naturalmente dependente da aprovação ou não da candidatura que estamos a preparar, por isso mesmo achamos que devemos ter alguma cautela na forma como falamos deste assunto; percebendo e sublinhando que é um assunto estratégico para o concelho, mas cuja intervenção será mais ou menos rápida, consoante os meios financeiros que consigamos alocar ao projecto.-----



Assembleia Municipal

-----Relativamente às Zonas Balneares, dizer que para a Foz d'Égua temos já um projecto de execução concluído, os serviços têm já indicação para submeterem ao mercado o processo de empreitada. Relativamente ao Casal Novo e à Peneda da Talhada os ante-projectos já foram entregues e estão a ser ultimados os projectos de execução.-----

-----Relativamente à Requalificação Urbana de Arganil e à questão da diferença de valores, reflecte precisamente isso que abordou; a segmentação daquilo que diz respeito à Galeria Hidráulica, das restantes componentes. Ainda assim, em relação à Galeria Hidráulica e é matéria acerca da qual já falei com os responsáveis da CCDRC após este assunto ter sido apreciado em reunião de Câmara, aquilo que estamos a preparar, e no âmbito daquilo que foram as conclusões dessa reunião, passa por repartir aquilo que é o esforço relacionado com a Galeria na componente estritamente da Galeria, da reabilitação da Galeria, e aí, pensamos todos, incluindo a CCDRC e a Administração da Reserva Hidrográfica, que há condições para se exigir que, através do Fundo Ambiental, haja um apoio para essa intervenção, e aquilo que tem a ver com o espaço urbano poder ser considerado numa reprogramação da candidatura que temos aprovada. Esse caminho resulta também da articulação que temos vindo a manter com a Comissão de Coordenação.-----

-----Relativamente à Relvinha, já me tinha referido a isto há pouco, mas estas duas intervenções que na altura também da auscultação que fizemos à CCDRC, entendemos que era o caminho com maior nível de sucesso, ou seja, nós temos também que acelerar o grau de execução daquilo que tem a ver com a Relvinha; percebendo-se aqui há uns meses atrás, aliás, o senhor deputado Miguel Pinheiro chegou a abordar aqui o tema como uma espécie de calvário, se a memória não me falha, plano de pormenor, estudo de impacto ambiental, toda essa tramitação, foi um processo muito exigente, felizmente estamos agora a concluí-lo, mas gastámos muito tempo neste processo. Percebendo-se, no Verão, que ainda não estava concluído o processo relacionado com a ampliação da Relvinha, nomeadamente aquilo que tinha a ver com o impacto ambiental, que se deveria apressar a execução, e fazia sentido termos duas empreitadas distintas, uma para a requalificação, outyra para a ampliação. A requalificação, o processo de contratação está concluído, a consignação já aconteceu, tem um prazo previsível de execução de 150 ou de 180 dias e neste momento está a contar o prazo. Relativamente à ampliação, trata-se de um processo mais complexo, como disse há pouco, lançámos já o concurso de empreitada, mas o volume de investimento faz-nos prever que a análise das propostas possa, até pelo litígio que pode proporcionar, demorar mais algum tempo. E há também uma questão prática e objectiva, desde logo, a circunstância de ultrapassar claramente o limiar do valor que exige o visto prévio do Tribunal de Contas e que pode demorar também um horizonte temporal formalmente de um mês que, regra geral, se consubstancia em dois, com os pedidos de esclarecimentos. Para além destas componentes de que falei, também há a circunstância de e aproveito para falar disto agora, há a circunstância da conclusão do processo





## Assembleia Municipal

relacionado com a expropriação dos terrenos; trazemos aqui uma boa parte deles, a proposta de declaração de utilidade pública e posse administrativa da grande maioria, que não foi possível acordar em termos de aquisição por via do direito privado, mas há também um outro lote de cerca de trinta, que nos vai obrigar a fazer uma Assembleia Municipal extraordinária no dia 11 de Janeiro, para concluirmos esse processo e podermos passar à fase seguinte. Isto para dizer que previsivelmente e relativamente à ampliação, correndo as coisa de acordo com o planeamento e com a tramitação burocrática, contamos que entre o final de Abril, e meados de Maio haja condições para que esta empreitada possa ser consignada. Obviamente que a estratégia de captação de investidores faz parte das nossas preocupações, daquilo que é também o nosso trabalho, mas também e já o disse aqui, nós precisamos de saber, antes de procurar investidores, quando é que temos o primeiro lote disponível para poder ser ocupado. Eu diria que durante o próximo ano, claramente, com o início da empreitada, ficamos com condições para iniciar esse trabalho.-----

-----Aproveito a oportunidade para dizer que nós não estamos hoje a falar de um Parque Industrial e isto toca também com a intervenção do senhor deputado António João Lopes, nós estamos a falar de uma área de localização empresarial que permite acolher não só indústrias, mas permite acolher comércio e serviços; é uma nova abordagem, para novos investidores que se pretende captar para o nosso território.-----

-----Relativamente à requalificação do acesso à EB 1 de Arganil, é outra gralha que se regista no documento; efectivamente o valor apenas tem repercussão num ano, no ano de 2020, peço-lhes que ignorem os valores que estão mencionados nos anos subsequentes. Há aqui uma alteração do valor que tem a ver com o desenvolvimento do projecto, aliás, trata-se de uma intervenção que já foi submetida ao mercado e que neste momento está já em fase de contratação com valores objectivos, para além daquilo que era a mera previsão que tínhamos no Orçamento de 2019.-----

-----Relativamente ao investimento associado ao Rali, tenho a percepção que isso está aí numa rubrica, não tive oportunidade de verificar, deverá estar na rubrica dos Eventos ou da Promoção, ou do Desporto, lembro-me disse ser inserido.-----

-----Relativamente ao Teatro Alves Coelho, não vale a pena criarmos nenhum número com este processo; temos assumido com total responsabilidade este dossier, recuando aquilo que foi necessário recuar, para se trilhar um caminho em que exista a procura de uma solução e que se encontra essa mesma solução. O caminho que leva à solução foi já definido em articulação com a Câmara e a Misericórdia, aquilo que tem a ver com o Programa Funcional, foi mais do que debatido e acordado, as posições são claras, são assumidas, o projecto de execução na área da arquitectura e o projecto de execução na área das especialidades, estão neste momento a decorrer, trata-se como sabe de trabalho prévio à questão da empreitada que tem que ser desenvolvido e é isso que está a decorrer. Essa fotografia da ruína galopante vista do edifício excepcional dos Paços do Concelho,



Assembleia Municipal

certamente é uma fotografia que não se vai verificar e aliás, temos trabalhado com muita responsabilidade para que aquilo que é um marco da arquitectura do nosso concelho, da nossa vila, possa ser objecto de intervenção.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, quero agradecer as palavras que aqui deixou; no fundo, coloca em destaque aquilo que são os factos, e os factos são que o ano de 2019 é o ano com maior execução, em termos absolutos, de investimento público no concelho, e digo-o sem qualquer dúvida neste momento, no mandato de 2017 a 2021, será, inequivocamente, o mandato com maior volume de investimento público no concelho; o trabalho e o caminho que estamos a fazer apenas concretiza aquilo que é esta nossa aposta de melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado António João Lopes, dizer que as intervenções na rede viária estão consideradas nos documentos previsionais, naturalmente que a prioridade das intervenções é estabelecida em articulação estreita com as Juntas de Freguesia, lembro-me que no caso que falou de Vinhó, são intervenções que temos preconizadas para o próximo ano e nas Secarias também temos intervenções para realizar durante o próximo ano de 2020. Relativamente aos percursos alternativos, senhor deputado tenho muita pena, mas as prioridades vimos a defini-las em estreita articulação com as Juntas, reconhecendo que não estamos em tempos de criar novas estradas, novos acessos, com pesados investimentos; às vezes temos que ter intervenções que sejam mais pragmáticas e que sejam mais objectivas para aquilo que sejam as necessidades das pessoas. Coloca aqui algumas questões que são pertinentes, nomeadamente naquilo que tem a ver com a deslocalização dos jovens do concelho, permita-me dizer que a deslocalização não é dos jovens do concelho, nos últimos 14 anos, é pelo menos nos últimos 50, diria mesmo nos últimos 60 anos; é a fotografia que temos do território, e digo do território, território nacional. Aliás, há um mapa que entretanto pedirei que seja distribuído aos senhores deputados municipais e que foi apresentado no último Congresso da Associação Nacional de Municípios, que é muito clarificador relativamente à dinâmica demográfica do país e que coloca o dedo na ferida naquilo que é um problema grave, um problema nacional.-----

-----Por último, e apenas para esclarecer que, relativamente à estrada entre Côja, Barril de Alva e Vila Cova de Alva, o senhor deputado talvez ainda não se tenha apercebido dessa situação, mas aquilo que entendemos fazer foi a substituição da conduta adutora de água que vem do Sistema de Vila Cova para Côja, a par de outras intervenções na rede de saneamento e na rede de distribuição. Essa empreitada está a decorrer, será concluída durante o mês de Janeiro de 2020, e logo que esteja concluída serão retomados os trabalhos da empreitada relacionados com a pavimentação naquela via.-----

-----Relativamente à recolha de resíduos sólidos urbanos ter acabado, não sei a que se refere; presumo que possa existir alguma confusão com o sistema que estamos a preparar, de recolha porta a porta, aqui para a sede do concelho, mas naturalmente



Assembleia Municipal

que a recolha de resíduos sólidos se mantém assegurada, como não poderia deixar de ser.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Folques** para “falar acerca de um problema que o senhor deputado António João Lopes abordou, que já foi uma proposta dele do anterior mandato, acerca da estrada da Mancelavisa; é verdade, e eu falo porque também tenho uma cota parte de responsabilidade nisto, pois foi uma preocupação deste executivo e do presidente do Município, contactar a Junta de Freguesia para saber as prioridades acerca da rede viária e temos uma série de prioridades que não passam pela pavimentação, alcatroamento, da estrada entre a Mancelavisa e Arganil. Temos que olhar um bocado para o campo e temos que olhar para a semente, e neste caso, vivem 26 pessoas na Mancelavisa; dessas 26 pessoas, apenas 6 é que estão no mercado de trabalho, 3 trabalham em Folques e as outras 3 em Arganil; todos os outros são reformados e idosos que vão todos os dias para o Lar de Idosos, em Folques. Nós de qualquer maneira é uma preocupação, é como digo há outras prioridades, mas também existe aqui e acho que pode haver uma alternativa e uma aposta do município em arranjar a estrada e depois ter a opção das pessoas, quando falo da Mancelavisa, não é apenas a Mancelavisa, o Alqueve também estaria interessado neste melhoramento, assim como a Esculca, eventualmente, mas se se arranjasse a estrada, se ela tivesse um pavimento bom, porque não tem 3 quilómetros, tem cinco, arranjava-se o pavimento e depois era opção das pessoas andar com o carro sujo ou não. A ideia é boa, e eu agradeço a sua preocupação, é bom ver alguém preocupado com a freguesia de Folques, e está convidado desde já se quiser deslocar-se à freguesia de Folques, terei todo o prazer em acompanhá-lo e mostrar-lhe um pouco das nossas preocupações e o que está a ser feito, porque por exemplo em relação à Mancelavisa, eu tenho uma preocupação maior que esta, neste momento lutava mais por uma faixa de segurança ou por um caminho que atravessasse toda a zona da Mancelavisa, que vem do lado das Secarias, com um carro para limpeza de uma mata bastante forte que lá está e também para a prevenção de incêndios, pois é uma entrada daquela localidade bastante perigosa.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** referindo que “agradeço a referência das palavras do Senhor Presidente e também tenho nele uma pessoa que tenta no seu discurso apresentar as questões com honestidade intelectual e com verdade e também tento fazer isso. Deixe-me esclarecer que a questão do endividamento deve ser lida no contexto geral da frase e o que nos referimos é à eventual necessidade de financiamento externo, bancário, para a execução de intervenções que não são vistas como prioritárias da nossa parte, em detrimento de outras, nomeadamente a questão de que falámos, do montante da intervenção no edifício da Câmara Municipal, em detrimento de outros que para nós não têm a mesma prioridade.”-----



Assembleia Municipal

-----Outro ponto da execução, e eu acredito que a execução de 2019 seja um valor como diz, vai ser o valor mais alto desde que há registos, e veremos isso, mas isso também não é indissociável das dezenas de alterações orçamentais que foram sendo feitas ao longo do ano e que permitem ir ajustando essa execução à realidade e o que estamos a tratar hoje aqui é do que os senhores apresentam como perspectivas para o ano seguinte e lá está, se pegássemos no Orçamento inicial de 2019 também é muito diferente dos resultados finais e dos já apresentados referentes até 30 de Setembro. Não há desonestidade intelectual e não há rasteira política nenhuma; há diferentes perspectivas.-----

-----Gostava de fazer uma pergunta, tenho uma dúvida relativamente aos valores que estão associados ao plano de estratégia de reabilitação urbana, o PERU, porque temos um valor para 2020 de 905 mil euros, mas estão noutras rubricas a intervenção do edifício dos paços do concelho e a reabilitação urbana da vila de Arganil; portanto estes 900 mil euros não se referem nem a uma nem a outra, não sei se pode esclarecer-nos. Também o que está aqui em eventos desportivos são 50 mil euros e eu acho que vão gastar mais que isso no Rali. Assinalar a capacidade de antecipação do deputado Christophe Coimbra, que no seu texto escrito, já tinha a referência à Moção que a Junta de Freguesia de Arganil ia apresentar aqui hoje; é assinalável. Não o vi escrever, foi falha minha.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Arganil** para referir que “a Moção tem a data do dia 2 de Dezembro, o senhor deputado teve mais que tempo de saber que ela existia.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer “senhor deputado Miguel Pinheiro, onde viu essa referência do PERU? Na página 41? Esta rubrica, aquilo que regista, basicamente, para além daquilo que são as intervenções preconizadas num Plano propriamente dito, para além disso, há uma candidatura associada; essa candidatura associada, que foi a candidatura com a dotação dirigida para o concelho de Arganil, tinha uma dotação inicial com a Casa das Colectividades incluída, se a memória não me falha, que preconizava um investimento elegível na ordem de um milhão e meio de euros, de investimento, sobre o qual havia uma comparticipação de 85%; esta rubrica reflecte o valor de investimento elegível, possível ainda no âmbito da candidatura que foi aprovada. Fazendo uma matemática muito simples e que vai ao encontro daquilo que expliquei há pouco: este concurso que submetemos ao mercado, para a requalificação destas 4 artérias na vila de Arganil, têm associado um investimento de cerca de 400 mil euros; matemática básica, de primeiro ano, significa que temos aqui um valor de 500 mil euros que ficam disponíveis ainda nesta candidatura. É esse o trabalho que também estamos a fazer neste momento e que referi há pouco, de destrinçar, de separar, naquilo que tem a ver com a intervenção na Galeria, de destrinçar o que se reporta à Galeria propriamente dita, que tem a ver com o ambiente, daquilo que está relacionado com



Assembleia Municipal

a intervenção no espaço público, que permitirá fazer a alocação deste valor que sobra desta rubrica do PERU.-----

-----Relativamente à intervenção no edifício dos Paços do Concelho, assunto acerca do qual já falámos aqui também na última Assembleia Municipal, vale a pena por as coisas nestes termos: há aqui intervenções por aquilo que me dão a entender, com as quais os senhores concordam, e há outras com as quais não concordam. As intervenções com as quais concordam, se eu disser algum disparate corrijam-me se faz favor, são grosso modo caixilharias, questões de eficiência energética, presumo que o telhado também, a telha está a cair de podre, literalmente, presumo que a segurança do edifício também seja uma preocupação vossa. Nós estamos aqui a falar nestas intervenções, caixilharias, telhado, isolamentos, climatização, grosso modo estamos a falar de uma componente que é aquela que eu presumo que o senhor deputado também concorde com ela; há depois uma componente, por aquilo que já pude perceber, de intervenção, com a qual discordam, que basicamente terá a ver com a refuncionalização do espaço do edifício. Curiosamente, por incrível que pareça, essa componente com a qual me parece que os senhores discordam, é aquela que é objecto de financiamento por parte do Programa de Beneficiação dos Equipamentos Municipais, ou seja, aquilo que tem a ver com a refuncionalização dos edifícios municipais, aquilo que tem a ver com a prestação de um serviço mais personalizado, mais directo ao cidadão, essa componente é aquela que tem financiamento. Presumo que a outra, corrija-me se tiver dito alguma coisa atentatória àquilo que é o seu racional, presumo que com a outra concorda; nem consigo perceber ao certo qual é o problema que temos subjacente aqui a este investimento, percebo que é um cavalo de batalha político ou partidário, ou politiqueiro, mas honestamente, se me perguntar se era a prioridade para os meios financeiros do município, a prioridade à qual eu gostava de alocar este dinheiro, naturalmente que não, mas há aqui também uma perspectiva de preocupação, de responsabilidade, que não podemos perder de vista; há relatórios que identificam o risco de incêndio neste edifício; como sabe, foram colocados equipamentos de climatização encostados a um telhado em madeira, depois da casa estar queimada já não vale a pena chorarmos sobre o assunto. Se quisermos fazer discurso político em cima deste assunto é muito fácil fazer; colocar-lhe uma carga demagógica também é fácil de fazer, mas a responsabilidade assumimo-la integralmente.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** “para dar resposta ao senhor deputado Miguel Pinheiro, não, não consigo fazer futurologia, se o fizesse acredito que me seria muito proveitoso, no particular em muitos assuntos. Tenho efectivamente a capacidade de conseguir perceber o que se passa à minha volta, tenho a capacidade de conseguir tomar notas enquanto as coisas acontecem, e tenho-me preparado de uma forma que não acho que tenha que ser exemplo para alguém, mas preparar-me para aquilo que venho fazer, e faço o meu trabalho de casa, tomo as minhas notas; se for necessário nalguma outra situação em que tenha



Assembleia Municipal

que dar a conhecer as notas que tomo durante a evolução dos trabalhos, tenho total disponibilidade para o fazer, à sua frente ou à frente de qualquer outra pessoa.”-----

-----Pedi novamente a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir “oh senhor deputado Christophe Coimbra, o que eu vejo, e se me permite, não é crítica nenhuma, estava a enaltecer a sua capacidade de antecipação, porque não o vi escrever, mas também não tenho que ver, não o vi escrever e nem vou fazer disso um cavalo de batalha. Sabe que este assunto que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil trouxe é muito importante e tem muitas madeixas; infelizmente nem eu nem o senhor deputado podemos fazer muito, é um assunto que não dominamos, por óbvia insuficiência capilar, mas este assunto tem muitas madeixas, muitas nuances e acho que é importante que saibamos destas coisas e que não tenhamos constrangimentos em falar delas se isso preciso for, mas o que é fundamental é aprovarmos, estamos todos de acordo, hoje, e a Moção que nos foi apresentada tem a data de hoje, 7 de Dezembro de 2019, só se soube disto hoje; o que me pareceu foi que o senhor deputado tem os seus depoimentos escritos, e faz muito bem, e prepara-se para as reuniões, faz muito bem, eu vou tentar fazer o mesmo, muito bem. Eu recorro que o senhor deputado tem intervenções fundamentadas, não tenho nada contra as suas intervenções, muito pelo contrário, e oiço-o com muita atenção, como sempre ouvi, não é de hoje, já o conheço de outras guerras e de outras eleições em que se calhar não estava desse lado, estava deste, a última vez em que me candidatei à Câmara Municipal o senhor era meu colega, contra estes dois senhores, e não foi no século passado, foi há seis anos atrás; tudo bem, isto dá muitas voltas, tem muitas madeixas.”-----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa ausentaram-se da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.-----

**1 - GOP - Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes para o ano de 2020. Apreciação e votação.**-----

-----Presente um exemplar do Plano acima referido, que se dá por reproduzido e que, depois de rubricado, vai ser arquivado na Secção Financeira.-----

-----Nele se consigna, nomeadamente, que o total das Grandes Opções do Plano previstas para o próximo ano ascende a 16.458.424,00€-----

-----Terminada que foi a análise do Plano Plurianual de Investimentos para o Ano Financeiro de 2020, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, cinco votos contra e cinco abstenções, aprová-lo.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**2 - Orçamento de Receita e Despesa, Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2020. Apreciação e votação.-----**

-----Presente um exemplar do Orçamento acima referido, acompanhado de memória descritiva e justificativa, que se dão por reproduzidos e que, depois de rubricados, vão ser arquivados na Secção Financeira.-----

-----Nele se consigna, nomeadamente, que se estima o montante total de receitas em 21.841.510,00€, sendo 11.693.438,00€ de receitas correntes e 10.148.072,00€ de capital e o montante das despesas em 21.841.510,00€, sendo 11.121.803,00€ de despesas correntes e 10.719.707,00€ de capital.-----

-----Terminada que foi a análise do Orçamento do Município para o Ano Financeiro de 2020, bem como do respectivo mapa de pessoal que o acompanhava nos termos do nº 2 do art. 4 da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, quatro votos contra e seis abstenções, aprová-lo.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**-----Os Senhores deputados da bancada do Partido Socialista fizeram a seguinte declaração de voto:-----**

-----“Apresentada pelo Executivo da Câmara Municipal de Arganil, a proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Grande Opções do Plano para o ano de 2020, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Arganil fundamentar o seu voto CONTRA, tendo em conta os seguintes aspectos:-----

-----1. O orçamento apresentado revela a continuidade da falta de estratégia e reforça a visão curta do Executivo do PSD, demonstrado no orçamento do ano anterior do qual este é dele um mero sucedâneo;-----

-----2. O orçamento apresentado confirma a incapacidade do Executivo do PSD, em concluir acções absolutamente estruturantes para o concelho e que se arrastam de ano para ano;-----

-----3. O orçamento apresentado expressa mais uma vez sintomas de empolamento fictício em determinadas rubricas, permitindo adivinhar uma execução sofrível e acções relevantes que não terão dotação financeira;-----

-----4. O orçamento apresentado assume muito discutíveis prioridades de investimento, com previsível sobrecarga financeira e aumento do endividamento do



Assembleia Municipal

Município, em detrimento de intervenções determinantes com larga identificação junto da população do concelho;-----

-----5. O orçamento apresentado não se permite constituir como uma força indutora de transformação, que possa restituir a esperança de recuperação do marasmo socioeconómico generalizado e da gradual perda de relevância regional do Concelho de Arganil;-----

-----Por estas razões, fundamentais, de cariz global e ainda por outras variadas, de discordância de acção específica, o orçamento apresentado só pode merecer um voto contrário dos deputados do Partido Socialista.”-----

**3 - Apreciação e votação das Normas Regulamentadoras de Execução Orçamental para o ano de 2020 – Anexo VIII do Regulamento de Execução Orçamental.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor, quatro votos contra e seis abstenções, aprovar as Normas Regulamentadoras de Execução Orçamental para o ano de 2020.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**4 – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – alínea c) do nº 1 do artigo 6º. Apreciação e votação da proposta.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção, autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – alínea c) do nº 1 do artigo 6º.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**5 - Apreciação e votação da Declaração de Utilidade Pública e Posse Administrativa das parcelas referentes à aquisição dos terrenos para ampliação da Zona Industrial da Relvinha.**-----

-----Presente a informação INF/DAGF/321, datada de 29/10/2019, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----





Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 28 votos a favor e uma abstenção, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/321 e nos termos dos artigos 10º, 12º, 13º, 14º, 15º, 17º e 19º do Código de Expropriações, o seguinte:-----

-----1 - A declaração de utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência, pelos motivos acima explanados, dos imóveis supra descritos e todos os direitos a ele inerentes, necessários à execução da ampliação da Zona Industrial da Relvinha, com a fundamentação de facto e de direito consubstanciada nos argumentos supra esgrimidos, com todas as legais consequências e, designadamente a tomada de posse administrativa imediata dos imóveis a expropriar nos termos do art. 12º e seguintes do CE, ex vi, do art. 15º, nº 2 do mesmo diploma legal.-----

-----2 - A aprovação do valor de 215.492,00€ (duzentos e quinze mil, quatrocentos e noventa e dois euros), relativo aos encargos a suportar com a expropriação, em conformidade com os relatórios do perito avaliador.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos sexto ao oitavo fossem apreciados em conjunto, tendo a Assembleia Municipal concordado com a proposta do Senhor Presidente.-----**

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** referindo que “aquilo que temos preconizado nestas três propostas relativamente ao IRS, como sabem, tem a ver com a faculdade que os municípios têm de devolverem até 5% do IRS dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no território e esta nossa proposta, que vem no sentido do município abdicar destes 5% de IRS, vem na linha daquilo que é a estabilidade fiscal que entendemos que é necessária para que o concelho tenha atractividade. Reforçamos aquilo que é uma decisão que já tínhamos assumido anteriormente.-----

-----Relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem a proposta é de aplicação da taxa de 0,25%, reforçando ou relembrando que, contrariamente àquilo que já aconteceu no passado, os operadores estão impedidos de repercutirem esta taxa na factura dos consumidores.-----

-----Relativamente à fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis, a nossa proposta é de fixação do IMI relativamente aos prédios urbanos no seu linear mínimo, ou seja, no valor mínimo do intervalo, de 0,3%, consignando-se também, relativamente às famílias com dependentes a cargo, uma dedução fixa de 20€, 40€ e 70€, consoante o número de dependentes a cargo seja um, dois, três ou mais.-----

-----São as três propostas que trazemos à consideração da Assembleia Municipal na área fiscal.”-----

**6 - Fixação da Taxa de IRS para 2020. Apreciação e votação.-----**



Assembleia Municipal

-----Presente a informação INF/DAGF SF/154, datada de 29/10/2019, da técnica superior Joana Duarte, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Sr. Presidente-----

-----Considerando o disposto no n.º1 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua atual redação, os Municípios têm direito a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.-----

-----Esta participação depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deverá ser comunicada, por via eletrónica à Autoridade Tributária e Aduaneira, até 31 de dezembro.-----

-----A lei n.º51/2018, de 16 de agosto veio alterar a disposição acerca da ausência desta comunicação. Assim, na ausência de deliberação ou da comunicação referida anteriormente, o Município tem direito a uma participação de 5% no IRS.-----

-----Caso a percentagem deliberada pelo Município seja inferior à taxa máxima (5%), o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta de IRS, a favor do sujeito passivo.-----

-----Para os rendimentos do ano de 2019, na Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2018, o Município deliberou abdicar dos 5% a que teria direito do produto da cobrança do IRS no concelho de Arganil.-----

-----Face ao exposto coloca-se à consideração superior a taxa a aplicar aos rendimentos de 2020.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 28 votos a favor e uma abstenção, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/154, aprovar a proposta do Município abdicar dos 5% a que teria direito do produto da cobrança do IRS no Concelho.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**7 - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2020. Apreciação e votação.-----**

-----Presente a informação INF/DAGF SF/153, datada de 29/10/2019, da técnica superior Joana Duarte, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Sr. Presidente-----

-----A Lei das Comunicações Eletrónicas - Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2011, de 13 setembro, alterada ainda pelas Leis n.ºs



Assembleia Municipal

10/2013, de 28 de janeiro, 42/2013, de 3 de julho, Decreto Lei n.º35/2014, de 7 de março, Lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º127/2015, de 3 de setembro, Lei n.º 15/2016, de 17 de junho e Decreto Lei n.º 92/2017, de 31 de julho, a qual estabelece que os direitos e os encargos relativos à implantação, à passagem e ao atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privados municipais podem dar origem ao estabelecimento de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).-----

-----Nos termos da mesma lei, a TMDP é determinada com base na aplicação de uma percentagem sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente Município.-----

-----Esse percentual é aprovado anualmente por cada Município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar 0,25% (Art.º106 n.º3 b) da Lei n.º5 de 2004, de 10 de fevereiro).-----

-----Ainda de acordo com o princípio da transferência tarifária, nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento.-----

-----Para o ano de 2019 foi deliberado em Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2018, fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.-----

-----Deste modo, coloca-se à consideração superior a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2020, a qual deverá ser submetida à Assembleia Municipal.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para dizer que “sei que não pode ser alterado este valor da taxa a aplicar por cada município, mas em meu entendimento a taxa devia ser dez vezes mais este valor, ou talvez vinte, pelos danos que causam em termos ambientais, particularmente nas zonas urbanas, onde as empresas de telecomunicações cometem autênticos atentados. Não quero hoje falar exaustivamente do assunto, mas deixarei para uma outra Assembleia tentar mostrar aqui um documentário fotográfico, onde se nota o abuso que a empresa faz, estou a falar concretamente da Altice, onde em zonas já urbanizadas se permite colocar postes em cima dos passeios quando tem tubos subterrâneos para poder fazer a passagem dos cabos. Deixava aqui uma nota para que nas áreas que vão ser intervencionadas não haja o esquecimento de deixar colocadas as infra-estruturas para a passagem daquilo que hoje é aéreo, quer em termos da electricidade quer em termos de cabos telefónicos.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e nove votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/153/2019, aprovar a proposta de manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2020 nos 0,25%.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**8 - Fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar aos imóveis no ano de 2020. Apreciação e votação.**-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/155, datada de 30/10/2019, da técnica superior Joana Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e cuja cópia se anexa à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e nove votos, aprovar a seguinte proposta:-----

---1 - Fixação da taxa a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 112º (prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI) em 0,3%.-----

---2 - De acordo com o artigo 112-A do Código do IMI, alterado pela Lei nº 51/2018, de 16 de Agosto, o seguinte:-----

-----a) redução de 20€ para famílias com um dependente a seu cargo.-----

-----b) redução de 40€ para famílias com dois dependentes a seu cargo.-----

-----c) redução de 70€ para famílias com três dependentes, ou mais, a seu cargo.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**9 - Apreciação e votação da proposta de Alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais de Arganil.**-----

-----Presente a informação I/DAGF/187, datada de 14/11/2019, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para dizer que “acho que era importante ouvir o Senhor Presidente da Câmara explicar esta alteração da estrutura.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse “permita-me que lhe pergunte em concreto, o que precisa que esclareça? Qual é a dúvida que tem, o que é que não está claro nesta proposta? Se pretender posso fazer um resumo ou uma leitura do que está aqui.”-----

-----O senhor deputado **Miguel Pinheiro** referiu que “gostava de uma explicação para tentarmos perceber se esta é uma reorganização por uma questão estrutural ou para resolver uma questão concreta de um posto de comando, de uma chefia intermédia.”-----



Assembleia Municipal

-----O Senhor **Presidente da Câmara** explicou que “objectivamente estamos a falar aqui sempre de uma questão estrutural e de funcionamento dos serviços; aquilo que aqui está consignado, resumidamente, é a criação de um cargo de direcção intermédia de terceiro grau, que como sabem não é equiparado nem tem proximidade do ponto de vista do estatuto remuneratório àquilo que são os chefes de divisão, não tem rigorosamente nada a ver, e tem essencialmente a ver com uma área em que a função exige uma disponibilidade maior àquela que resulta de um posto de trabalho normal, nomeadamente na área da administração directa e entendemos que essa situação deve ser clarificada neste instrumento.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor, quatro votos contra e duas abstenções, aprovar a proposta de Alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**10 - Apreciação e votação da proposta de rectificação de deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, referentes à Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos imóveis afectados pelos incêndios de Outubro de 2017.**-----

-----Presente a informação INF/DAGF/324, datada de 31/10/2019, da chefe de divisão Ângela Marques, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Considerando:-----

- Que a Câmara Municipal de Arganil, em reuniões ordinárias realizadas nos dias 20 de fevereiro, 18 de setembro e 18 de dezembro de 2018, deliberou concordar, respetivamente, com as informações técnicas INF/DAGF/46/2018, INF/DAGF SF/163/2018 e INF/DAGF SF/238/2018, no sentido de submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a proposta de isenção do pagamento de Imposto sobre Imóveis (IMI) pelo prazo de 2 (dois) anos, a iniciar em 2018, tributo a liquidar em 2019 e seguintes, todos os prédios total ou parcialmente danificados pelos incêndios ocorridos no concelho de Arganil durante o mês de outubro do ano de 2017;-----
- Que a Assembleia Municipal de Arganil, em sessões ordinárias realizadas em 24 de fevereiro, 29 de setembro e 29 de dezembro de 2018, deliberou aprovar as propostas da Câmara Municipal atrás mencionadas;-----
- Que, compulsadas as atas das reuniões do órgão executivo e das sessões do órgão deliberativo, verifica-se que, à exceção da ata da reunião da Câmara Municipal realizada em 20 de fevereiro de 2018, os textos das respetivas deliberações não



Assembleia Municipal

traduziram o sentido da vontade dos órgãos, constando dos mesmos apenas a isenção de IMI no ano de 2018;-----

• Que, nos termos do artigo 174º do Código do Procedimento Administrativo, os atos administrativos podem ser retificados, a todo o tempo, pelo órgão competente para a sua revogação, produzindo essa retificação efeitos retroativos, devendo a sua publicação ser efetuada pela mesma forma do ato retificado;-----

-----Considerando ainda:-----

• Que, por lapso dos serviços municipais, não foram incluídos os quatro prédios constantes do anexo à presente informação nas listas de imóveis afetados pelos incêndios, razão pela qual os mesmos não constaram da comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira realizada até 31 de dezembro de 2018, nos termos do nº 14 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

-----Submeto à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de, ao abrigo do disposto no artigo 174º do Código do Procedimento Administrativo, deliberar:-----

• Proceder à retificação das deliberações constantes das atas das reuniões ordinárias da Câmara Municipal realizadas em 18 de setembro e 18 de dezembro de 2018, no sentido de submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a proposta de isenção do pagamento de Imposto sobre Imóveis (IMI) pelo prazo de 2 (dois) anos, a iniciar em 2018, tributo a liquidar em 2019 e seguintes, todos os prédios total ou parcialmente danificados pelos incêndios ocorridos no concelho de Arganil durante o mês de outubro do ano de 2017;-----

• Retificar as listas de imóveis afetados pelos incêndios, aprovadas pela Câmara Municipal, de forma a incluir os quatro prédios constantes do anexo à presente informação, cuja isenção de IMI totaliza 127,83€ (cento e vinte e sete euros oitenta e três cêntimos).-----

• Propor à Assembleia Municipal que, ao abrigo da competência atrás mencionada, proceda à retificação das deliberações constantes das atas das sessões ordinárias realizadas em 24 de fevereiro, 29 de setembro e 29 de dezembro de 2018, no sentido de aprovar a proposta de isenção do pagamento de Imposto sobre Imóveis (IMI) pelo prazo de 2 (dois) anos, a iniciar em 2018, tributo a liquidar em 2019 e seguintes, todos os prédios total ou parcialmente danificados pelos incêndios ocorridos no concelho de Arganil durante o mês de outubro do ano de 2017;-----

• Propor à Assembleia Municipal a retificação das listas de imóveis afetados pelos incêndios e aprovada pelo órgão deliberativo, de forma a incluir os quatro prédios constantes do anexo à presente informação, cuja isenção de IMI totaliza 127,83€ (cento e vinte e sete euros oitenta e três cêntimos).-----

-----À consideração superior.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e nove votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/324/2019, o seguinte:-----

-----a) – aprovar a rectificação das deliberações do ponto 14º da sessão de 24/2/2018, do ponto 8º da sessão de 29/09/2018 e do ponto 11º da sessão de



Assembleia Municipal

29/12/2018, devendo as mesmas ficar com a seguinte redação: “A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de isentar do pagamento de Imposto sobre Imóveis (IMI) pelo prazo de 2 (dois) anos, a iniciar em 2018, tributo a liquidar em 2019 e seguintes, todos os prédios total ou parcialmente danificados pelos incêndios ocorridos no concelho de Arganil durante o mês de Outubro do ano de 2017”.

-----b) – aprovar a rectificação do ponto 10º, da sessão de 29/12/2018, devendo constar da actualização da listagem os seguintes imóveis:-----

ARTIGO MATRICIAL	PROPRIETÁRIO
U 1754 - Pomares	António Castanheira - Cabeça de Casal da Herança de
U 1313 - Pombeiro da Beira	António Lourenço Rodrigues - Cabeça de Casal da Herança de
U 903 - Cerdeira e Moura da Serra	Diamantina dos Anjos - Cabeça de Casal da Herança de
U 1644 - Benfeita	Inês Isabel Barbas Pinto de Moura

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos décimo primeiro ao décimo quarto fossem apreciados em conjunto, tendo a Assembleia Municipal concordado com a proposta do Senhor Presidente.-----

**11 – Apreciação e votação do Protocolo de entrega do sistema público de abastecimento de água à população de Tojo e da transferência da respectiva gestão para o Município de Arganil.**-----

-----Presente um exemplar do Protocolo em apreço, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação INF/DAGF/326, datada de 12/11/2019, da técnica superior Paula Morgado, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, eis o que me cumpre informar a V. Exa---

-----Com a crescente exigência da legislação comunitária e nacional, e de acordo com as recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), relativas aos serviços de águas, nomeadamente as atividades de abastecimento de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos é imperioso a transferência destes serviços para a esfera pública, no caso concreto, para a competência dos Municípios.-----

-----Tanto a entidade reguladora, como toda a legislação que rege o setor têm vindo a preconizar a integração territorial e funcional dos sistemas de abastecimento de



Assembleia Municipal

água, de forma a potencializar a economia e melhorar a qualidade do serviço prestado aos utilizadores, assegurando a correta sustentabilidade dos sistemas.-----

-----Em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei (DL) nº194/2009, de 20 de agosto, a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos é uma atribuição dos municípios e, nos termos do nº2 do art.7º do DL, as situações de gestão destes serviços por freguesias e associações de utilizadores, comumente conhecidas por comissões de melhoramentos, estão sujeitas ao regime transitório do artigo 78º do Decreto-Lei, razão pela qual os sistemas de abastecimento de água do Concelho e respetiva gestão têm que ser transferidos para a esfera municipal.-----

-----Neste sentido, procedeu-se à negociação com a COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE TOJO, relativamente à transferência do sistema público de abastecimento de água e respetiva gestão para o Município de Arganil, que culminou na aceitação do Protocolo que se anexa.-----

-----Considerando o supra exposto, proponho a V. Exa que a Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal a integração dos sistemas de abastecimento de água na gestão do Município e a aceitação dos termos do clausulado do respetivo Protocolo, em conformidade com a alínea k) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e nove votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/326/2019, aprovar o Protocolo de Entrega do Sistema Público de Abastecimento de Água à população de Tojo e transferência da respetiva gestão para o Município de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**12 - Apreciação e votação do Protocolo de entrega do sistema público de abastecimento de água à população de Enxudro e da transferência da respetiva gestão para o Município de Arganil.-----**

-----Presente um exemplar do Protocolo em apreço, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação INF/DAGF/327, datada de 12/11/2019, da técnica superior Paula Morgado, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----





Assembleia Municipal

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, eis o que me cumpre informar a V. Exa---  
-----Com a crescente exigência da legislação comunitária e nacional, e de acordo com as recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), relativas aos serviços de águas, nomeadamente as atividades de abastecimento de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos é imperioso a transferência destes serviços para a esfera pública, no caso concreto, para a competência dos Municípios.-----

-----Tanto a entidade reguladora, como toda a legislação que rege o setor têm vindo a preconizar a integração territorial e funcional dos sistemas de abastecimento de água, de forma a potencializar a economia e melhorar a qualidade do serviço prestado aos utilizadores, assegurando a correta sustentabilidade dos sistemas.-----

-----Em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei (DL) nº194/2009, de 20 de agosto, a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos é uma atribuição dos municípios e, nos termos do nº2 do art.7º do DL, as situações de gestão destes serviços por freguesias e associações de utilizadores, comumente conhecidas por comissões de melhoramentos, estão sujeitas ao regime transitório do artigo 78º do Decreto-Lei, razão pela qual os sistemas de abastecimento de água do Concelho e respetiva gestão têm que ser transferidos para a esfera municipal.-----

-----Neste sentido, procedeu-se à negociação com a COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE ENXUDRO, relativamente à transferência do sistema público de abastecimento de água e respetiva gestão para o Município de Arganil, que culminou na aceitação do Protocolo que se anexa.-----

-----Considerando o supra exposto, proponho a V. Exa que a Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal a integração dos sistemas de abastecimento de água na gestão do Município e a aceitação dos termos do clausulado do respetivo Protocolo, em conformidade com a alínea k) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e nove votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/327/2019, aprovar o Protocolo de Entrega do Sistema Público de Abastecimento de Água à população do Enxudro e transferência da respectiva gestão para o Município de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

**13 - Apreciação e votação do Protocolo de entrega do sistema público de abastecimento de água à população de Cepos e Teixeira e da transferência da respectiva gestão para o Município de Arganil.**-----

-----Presente um exemplar do Protocolo em apreço, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação INF/DAGF/328, datada de 12/11/2019, da técnica superior Paula Morgado, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, eis o que me cumpre informar a V. Exa.--

-----Com a crescente exigência da legislação comunitária e nacional, e de acordo com as recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), relativas aos serviços de águas, nomeadamente as atividades de abastecimento de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos é imperioso a transferência destes serviços para a esfera pública, no caso concreto, para a competência dos Municípios.-----

-----Tanto a entidade reguladora, como toda a legislação que rege o setor têm vindo a preconizar a integração territorial e funcional dos sistemas de abastecimento de água, de forma a potencializar a economia e melhorar a qualidade do serviço prestado aos utilizadores, assegurando a correta sustentabilidade dos sistemas.-----

-----Em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei (DL) nº194/2009, de 20 de agosto, a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos é uma atribuição dos municípios e, nos termos do nº2 do art.7º do DL, as situações de gestão destes serviços por freguesias e associações de utilizadores, comumente conhecidas por comissões de melhoramentos, estão sujeitas ao regime transitório do artigo 78º do Decreto-Lei, razão pela qual os sistemas de abastecimento de água do Concelho e respetiva gestão têm que ser transferidos para a esfera municipal.-----

-----Neste sentido, procedeu-se à negociação com a UNIÃO DE FREGUESIAS DE CEPOS E TEIXEIRA, relativamente à transferência do sistema público de abastecimento de água e respetiva gestão para o Município de Arganil, que culminou na aceitação do Protocolo que se anexa.-----

-----Considerando o supra exposto, proponho a V. Exa que a Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal a integração dos sistemas de abastecimento de água na gestão do Município e a aceitação dos termos do clausulado do respetivo Protocolo, em conformidade com a alínea k) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto.-----

-----À Consideração Superior,-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e nove votos, e de acordo com a informação INF/DAGF/328/2019, aprovar o Protocolo de Entrega do Sistema Público de Abastecimento de Água às populações de Cepos e Teixeira e transferência da respectiva gestão para o Município de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**14 - Apreciação e votação da Adenda ao Protocolo de entrega do sistema público de abastecimento de água à população de Malhada da Chã e da transferência da respectiva gestão a favor do Município de Arganil.-----**

-----Presente um exemplar da Adenda ao Protocolo em apreço, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação INF/DAGF/329, datada de 13/11/2019, da chefe de divisão Ângela Marques, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Considerando:-----

- que a Assembleia Municipal de Arganil, em sessão ordinária realizada em 24 de junho de 2017, sob proposta da Câmara Municipal de 16 de maio de 2017, deliberou aprovar o “Protocolo de entrega do sistema público de abastecimento de água à população de Malhada Chã e da transferência da respetiva gestão a favor do Município de Arganil”;-----
- que o nº 3 da Cláusula 2ª do mencionado Protocolo estipulava que, como medida de compensação pela transferência da propriedade do sistema público de abastecimento de água para o Município de Arganil, “o consumo de água do equipamento Casa de Convívio/Sede da Malhada Chã, será totalmente suportado pelo Município de Arganil, sem limite temporal, salvaguardando o Município a possibilidade de, caso se verifique alteração das circunstâncias de facto e/ou de direito, limitar esta isenção, mediante deliberação do órgão deliberativo”;-----
- que o Município de Arganil procedeu à instalação de contadores na citada localidade no mês do passado mês de julho, tendo dado início à faturação do serviço de abastecimento de água;-----
- que, após a referida instalação de contadores, a Comissão de Melhoramentos da Malhada Chã requereu a isenção do pagamento das tarifas dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos relativas ao edifício da antiga escola do primeiro ciclo do ensino básico, propriedade do Município de Arganil e entregue em regime de comodato à mencionada Comissão de Melhoramentos em 7 de junho de 2013;-----
- que, após a referida instalação de contadores, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Piódão requereu a isenção do pagamento das tarifas dos serviços de



## Assembleia Municipal

abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos relativas ao edifício da Capela de Santa Bárbara, justificando o pedido pelo facto daquele património ser para usufruto da população da Malhada Chã;-----

-----Submeto à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de, ao abrigo do artigo 173º, conjugado com o artigo 165º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, deliberar:-----

• Propôr à Assembleia Municipal a aprovação da seguinte adenda ao nº 3 da Cláusula 2ª do “Protocolo de entrega do sistema público de abastecimento de água à população de Malhada Chã e da transferência da respetiva gestão a favor do Município de Arganil: “3 – Ainda como medida de compensação de tal transferência, o Município de Arganil isentará a Comissão de Melhoramentos da Malhada Chã, sem limite temporal, do pagamento das tarifas relativas aos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, relativas ao edifício da Casa de Convívio/Sede da Comissão de Melhoramentos da Malhada Chã, prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Piódão sob o artigo 441, e do edifício da antiga escola do primeiro ciclo do ensino básico da Malhada Chã, prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Piódão sob o artigo 339, bem como isentará a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Piódão do pagamento das tarifas relativas aos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, relativas ao edifício da Capela de Santa Bárbara, localizada na Malhada Chã, prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Piódão sob o artigo 384, salvaguardando o Município a possibilidade de, caso se verifique alteração das circunstâncias de facto e/ou de direito, limitar estas isenções, mediante deliberação do órgão deliberativo”.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e nove votos, e de acordo com a informação INF/DAGF/329/2019, aprovar a Adenda ao Protocolo de Entrega do Sistema Público de Abastecimento de Água à população de Malhada Chã e transferência da respetiva gestão para o Município de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

### **15 – Proposta de Adesão da Assembleia Municipal de Arganil à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM). Apreciação e votação.-----**

-----Presente um exemplar da proposta de adesão em apreço, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “tivemos um contacto por parte desta recém constituída Associação Nacional de Assembleias Municipais, no sentido do município poder aderir. Tem havido vários



## Assembleia Municipal

municípios do país que têm decidido aderir, mas também tem havido muitos que têm decidido não aderir. Posso dar-vos aquela que é a minha opinião sobre esta matéria e depois abrir um período de discussão; tenho a convicção de que os municípios portugueses, no seu conjunto, integrando os diferentes órgãos do município, nomeadamente a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e também as Freguesias, são e têm sido representados, e bem representados, naquilo que é o diálogo com os diferentes órgãos de soberania, nomeadamente o Governo mas também a Presidência da República e o Parlamento, têm sido bem representados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. Causa-me pessoalmente alguma estranheza que possa entrar aqui um novo interlocutor. Ainda recentemente nós tivemos o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses em que foram debatidos aqueles que são os principais temas da interligação entre o poder local e o poder central e em que foram discutidas também verdadeiras políticas para o futuro, nomeadamente matérias como a descentralização, a regionalização, e também a questão da perda populacional e do despovoamento. Nessa perspectiva é minha opinião, mas é apenas a minha opinião e gostava que o debate pudesse acontecer, é minha opinião que não se afigura muito adequada uma adesão a uma nova Associação de Assembleias Municipais que fica muito focada no órgão e perde esta abrangência que a Associação Nacional de Municípios Portugueses tem vindo a assegurar e na minha perspectiva, bem. Naturalmente que há, relativamente ao modelo de debate que a Associação Nacional de Municípios Portugueses promove, há naturalmente alterações a propor, há naturalmente aspectos a melhorar, da natureza desse debate, mas julgo que essa é a Associação indicada para podermos fazer as nossas reivindicações, as nossas apreciações, relativamente àquilo que é o municipalismo português.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para dizer que “tendo a concordar perfeitamente e plenamente com o que acabou de expor; não percebo qual é o âmbito de ação, o interesse e a consequência prática de mais um órgão, de mais uma discussão. Sabemos as características inerentes ao órgão que ocupamos, tem uma periodicidade, tem uma função que tentamos desempenhar com a maior dignidade possível, mas realmente não se me afigura de grande interesse, ainda por cima com custos associados, não me parece que seja uma grande prioridade, mas pode haver outras opiniões, não há disciplina de voto em relação a isto, nem tivemos grande discussão sobre o assunto, e também não sei de onde nasceu esta ideia, quem é que se lembrou desta Associação.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e nove votos, rejeitar a adesão da Assembleia Municipal de Arganil à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



**16 - Apreciação e votação da proposta de Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Arganil na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – Regime do Serviço Público do Transporte de Passageiros.**-----

-----Presente a informação INF/DAGF/342, datada de 22/11/2019, da Chefe de Divisão Ângela Marques, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Considerando que:-----

- A Lei nº 52/2015, de 9 de junho, aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP) e representou uma profunda revisão do modelo institucional de planeamento e gestão do serviço público de transporte de passageiros e do quadro legal de organização do respetivo mercado em Portugal, traduzido, nomeadamente no estabelecimento, como autoridades de transportes, do Estado, dos municípios, das comunidades intermunicipais e das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, cujas competências se encontram delimitadas em função do âmbito geográfico do transporte público a operar.-----
- Através do artigo 10º daquele diploma legal, foi concedida, às autoridades de transportes, a habilitação legal para efetuarem delegações e/ou partilhas de competências noutras autoridades de transportes ou noutras autoridades públicas, mediante a celebração de contratos administrativos.-----
- Ao abrigo desta habilitação legislativa de delegação, e em conformidade com os artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º da Lei nº 75/2013, de 12 de dezembro, e com o regime jurídico de delegação de competências previsto nos artigos 44º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, o Município de Arganil delegou as suas competências, enquanto autoridade de transporte dos serviços públicos de passageiros municipais, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC), celebrando um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, aprovado pela Assembleia Municipal de Arganil em 25 de abril de 2017, sob proposta da Câmara Municipal de 18 de abril de 2017.-----

-----Considerando ainda que:-----

- No âmbito das competências delegadas, a CIM RC tem realizado o trabalho de preparação de um concurso público tendente à celebração de um contrato de concessão do serviço público de transporte de passageiros rodoviário, nos termos do disposto no RJSPTP e no Regulamento (CE) n.º 1370/2007.-----
- Prevê-se que o serviço, objeto do contrato de concessão a celebrar na sequência do concurso público a lançar pela CIM RC, vá entrar em funcionamento efetivo após 3 de dezembro, pelo que existe a necessidade de manter os serviços atuais de transporte público de passageiros rodoviário até à data de entrada em funcionamento da concessão, necessários para a concretização da “manutenção desses serviços”.-----



Assembleia Municipal

• Torna-se necessário proceder à aprovação de um aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências anteriormente aprovado, de forma a que o Município de Arganil assegure a mencionada “manutenção do serviço” até ao início da operação pelo operador selecionado no referido procedimento concursal e desta forma clarificar os processos que até aqui se verificam.-----

• Para além deste objetivo, o presente aditamento pretende ainda regular a “bolsa de quilómetros” (componente eventual) prevista no procedimento concursal do Serviço Público de Transporte de Passageiros a lançar pela CIM RC.-----

-----Submete-se à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido desta propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), estabelecido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere aprovar, ao abrigo e para efeitos dos artigos 10.º do RJSPTP e dos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º do RJAL, o Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e que se anexa à presente informação.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer que “este assunto está relacionado com uma determinação legal que aconteceu recentemente e sobrepõe-se com uma determinação que também já foi assumida aqui na Assembleia, relacionada com a assunção da competência municipal enquanto autoridade de transportes, de ser delegada na Comunidade Intermunicipal. Esse processo como se recordarão, aconteceu em 18 dos 19 municípios da CIM da Região de Coimbra. Por outro lado, há neste momento um concurso relacionado com a concessão da rede de transportes de todos estes 18 municípios que está a ser desenvolvido pela CIM da Região de Coimbra. Há neste momento, por via de uma determinação legal que fez cair todas as autorizações que tinham sido concedidas, há aqui a necessidade de esta competência que tinha sido delegada por parte de Arganil, na CIM, ser assumida transitoriamente pelo município para se poder assegurar a manutenção da rede de transportes.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e nove votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/342/2019, aprovar a proposta do Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação das Competências do Município de Arganil na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**17 - Apreciação e votação da proposta de Minuta do Acordo de Financiamento das actividades exercidas ao abrigo do Contrato Interadministrativo de**



Assembleia Municipal

**Delegação de Competências do Município de Arganil na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – Regime do Serviço Público do Transporte de Passageiros.**-----

-----Presente a informação INF/DAGF/343, datada de 22/11/2019, da Chefe de Divisão Ângela Marques, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Considerando que:-----

- O Município de Arganil delegou as suas competências, enquanto autoridade de transporte dos serviços públicos de passageiros municipais, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC), celebrando um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, aprovado pela Assembleia Municipal de Arganil em 25 de abril de 2017, sob proposta da Câmara Municipal de 18 de abril de 2017.-----
- O mencionado contrato interadministrativo, previa, no seu artigo 10º, a realização posterior de um acordo que regulasse o modelo de financiamento, em virtude das partes terem optado por não regular logo as condições de financiamento da CIM RC para o exercício das competências delegadas, diferindo esta regulação para o momento em que se encontrasse já suficientemente concretizado o modelo de exploração do serviço público de transporte de passageiros em causa.-----
- Atendendo ao estado de maturação do procedimento concursal a lançar pela CIM RC relativo ao serviço público de transporte de passageiros, torna-se desta forma necessário regular, através do referido acordo, o financiamento entre as Partes, a partir do momento do início da exploração do serviço público de transporte de passageiros.-----

-----Submete-se à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido desta propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea k) do nº 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), estabelecido pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere aprovar a minuta do acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação das Competências do Município de Arganil enquanto autoridade de transportes, que se anexa à presente informação.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e nove votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/343/2019, aprovar a proposta da Minuta do Acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação das Competências do Município de Arganil na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----





Assembleia Municipal

**18 – Para conhecimento – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 1 de Setembro de 2019 e 31 de Outubro de 2019, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----**

-----Presente a informação INF/DAGF/345, datada de 26/11/2019, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**19 – Para conhecimento - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----**

-----Presente o Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/09/2019 a 31/10/2019, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ENCERRAMENTO**

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram treze horas e trinta minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_